

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2024**

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se na Sede da Junta de Freguesia de Figueira, a sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória, datada de 21 de junho de 2024.-----

ABERTURA-----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, por impedimento do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ricardo Jorge Morgado costa, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes presidiu à sessão, que teve início às 10h15 minutos, tendo Carlos Manuel Almeida Loureiro como 2.º secretário.-----

PRESENCAS -----

Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, José Manuel Lourenço Correia, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Alita Maria de Jesus Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Domingos Manuel Pinto do Nascimento, em substituição de Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Viriato Pina de Lemos, Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Milene Daniela da Fonseca Geada, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Samuel José Moreira Martins, em substituição de Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Avões – Joaquim Cardoso Vieira, e os senhores Presidentes de Juntas de Freguesias, de Britiande - Germano Correia Ribeiro, Cambres - Adelino Gomes Magalhães, Ferreirim - Wilson Miguel Lima Teixeira, Ferreiros de Avões - António Patrício Ribeiro Esteves, Figueira – Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Lalim - Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Lamego - Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Lazarim - Paulo Henriques Almeida Loureiro, Penajóia - Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Penude - Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Samodães - Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Sande - Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca - Sérgio Pedro da Rua Capela, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem - Bernardo Manuel Taveira Xavier, Várzea de Abrunhais - Maria Otilia da Silva Teixeira, e Vila Nova de Souto D'Él Rei – Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

AUSÊNCIAS -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** justificou as ausências do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ricardo Jorge Morgado da Costa e dos membros, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Hugo Miguel Cardoso Rebelo e Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

1. ASSUNTO: 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se, ainda, ao público presente, a senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo verificado qualquer intervenção. -----

2. ASSUNTO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Tomou a palavra a senhora **Presidente da Assembleia Municipal** para cumprimentar todos presentes na sessão, e dar um cumprimento especial à população de Figueira, na pessoa da senhora Presidente da Junta de Freguesia, dando-lhe, de seguida, a palavra para proferir uma mensagem de boas vindas, uma vez que hoje é a anfitriã desta Assembleia Municipal descentralizada.-----

Interveio a senhora **Presidente da Junta de Freguesia de Figueira** para proferir a seguinte intervenção: -----

“Bom dia a todos, excelentíssima senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Marisa Nunes, excelentíssimo senhor Secretário da Assembleia, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, excelentíssimos senhores Presidentes de Junta, excelentíssimos deputados municipais, excelentíssimos funcionários municipais, digníssimo público aqui presente e a todos aqueles que nos acompanham pelas redes sociais, bem-vindos à Freguesia de Figueira.-----

É com imensa alegria que a Freguesia de Figueira acolhe esta sessão da Assembleia Municipal descentralizada.-----

Somos uma terra de gente trabalhadora, que todos os anos compõe a paisagem que vos recebeu, onde o vinho e o azeite são os reis.-----

A Freguesia de Figueira foi, em tempos, concelho, extinto no reinado de D. Fernando.

É atualmente uma pequena freguesia nas margens do Rio Balsemão e do Rio Barosa, onde predomina a atividade agrícola e a beleza das paisagens sobre a cidade de Lamego, onde o turismo e a natureza estão a ganhar cada vez mais importância, nomeadamente com o percurso do Caminho dos Monges.-----

Em anos mais longínquos foram feitos alguns investimentos, nomeadamente a Sede da Junta de Freguesia, o polidesportivo e a recuperação de alguns caminhos agrícolas, mas, infelizmente, nos anos mais recentes, a freguesia não beneficiou de qualquer investimento. -----

Foi precisamente pela falta de investimento na freguesia que senti o apelo dos habitantes da para ajudar a mudar a situação. Desde que o atual Executivo tomou posse, colocámos mãos à obra e já realizámos vários procedimentos. Requalificámos ruas e valetas, requalificámos o Ribeiro, entre outras, mas ambicionamos mais.-----

No entanto, como a situação financeira das freguesias não é suficiente, necessitamos do apoio do Município. É certo que temos tido alguma ajuda, mas ambicionamos voos mais altos, para conseguirmos melhorar a capacidade de resposta, uma vez que sozinhos será mais difícil.-----

Assim, aproveitando a oportunidade, já que o senhor Presidente da Câmara aqui se encontra, deixamos o apelo ao Município, pois é necessário e urgente requalificar os caminhos agrícolas, assim como investir na aquisição do terreno, uma ajuda que já foi pedida em tempos, para criar equipamentos e infra-estruturas de apoio à população da freguesia, que tende a ficar cada vez mais envelhecida. Temos que criar as condições para cuidar e apoiar os habitantes da freguesia.-----

Agradeço em especial às gentes desta terra, que me recebeu de braços abertos, e repito que podem sempre contar comigo e com o restante do Executivo para o que precisarem.-----

Que esta Assembleia seja profícua e, mais uma vez, muito obrigada.”-----

Tomou a palavra a senhora **Presidente da Assembleia Municipal** para agradecer a hospitalidade da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Figueira.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para fazer um ponto de ordem à mesa:-----

“Quero apenas perguntar à senhora Presidente da Mesa da Assembleia, no sentido de, eventualmente, facilitar os trabalhos, se a Mesa da Assembleia irá ficar devidamente preenchida, se acharem por bem, sendo que é da vossa competência, até porque o Regimento prevê essa situação.”-----

Tomou a palavra a senhora **Presidente da Assembleia** para responder que a Mesa da Assembleia irá ficar com a constituição com que se apresenta, até porque a eleição de um novo membro, iria retardar os trabalhos da Assembleia, que se prevê longa, dado o número de assuntos sobre os quais terá que deliberar.-----

No entanto, agradeceu o apoio e a sugestão do membro Pedro torres.-----

De seguida, informou que chegaram à Mesa da Assembleia dois Votos de Pesar pelo falecimento do Monsenhor José Pinto Rodrigues Guedes. Um, apresentado pelo Partido Chega e outro, apresentado e subscrito pelo grupo municipal da *Coligação “Somos Lamego”*, pelo grupo municipal do Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária.-----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao membro do Partido Chega, Viriato Lemos, para apresentar o Voto de Pesar.-----

Interveio o membro **Viriato Lemos**, que, após cumprimentar todos os presentes, passou a ler o teor do Voto de Pesar, que se transcreve na íntegra:-----

“A Diocese de Lamego e a Paróquia de Almacave perderam um dos seus marcos identitários de humanidade e de fraternidade, o Padre José Guedes.-----

Os lamecenses saíram à rua, enchendo a Sé Catedral, no pretérito dia 6 de junho, de 2024, nas exéquias fúnebres, presididas por Sua excelência, o Bispo da Diocese de Lamego, D. António Couto.-----

Reconhecendo-se a relevância da sua acção apostólica e social, a autarquia deve atribuir o nome de Padre José Guedes a uma rua da cidade e solicitar à Paróquia de Almacave a alteração da designação do Centro Apostólico de Almacave para Centro Apostólico Padre José Guedes.”-----

De seguida, a senhora **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao membro da Coligação “Somos Lamego”, para apresentar o Voto de Pesar conjunto.

Interveio o membro **Alita Carvalho**, que, após cumprimentar todos os presentes, passou a ler o teor do Voto de Pesar, que se transcreve na íntegra:-----

“O Monsenhor José Rodrigues Pinto Guedes nasceu a 4 de dezembro de 1946, na Paróquia e Freguesia de Fontelo, no concelho de Armamar e foi batizado na Igreja Matriz de Fontelo.-----

Foi ordenado Diácono, a 22 de agosto de 1971, na Igreja Matriz de Armamar, e Presbítero a 8 de dezembro de 1972, na Sé de Lamego, pela imposição das mãos do então Bispo de Lamego, D. António de Castro Xavier Monteiro.-----

As primeiras paróquias que teve a seu encargo foram Mondim da Beira, Cimbres, Dálvares e Vila Chã da Beira. Posteriormente, foi pároco de Salzedas, onde esteve durante 17 anos, até ser nomeado para a Paróquia de Almacave, a 12 de setembro de 1988.-----

No ano de 1997, recebeu o título de Prelado de Honra (Monsenhor) de Sua Santidade. Em 24 de abril de 2005, foi nomeado Cónego Capitular do Cabido de Lamego.-----

Por altura da Celebração Jubilar dos 50 Anos das suas Ordenações Presbiterais, a Câmara Municipal de Lamego aprovou, por unanimidade, a atribuição da medalha de Ouro da Cidade. -----

A sua forma sempre alegre de viver a vida, o trato afável para com todos, a sua devoção, a sua entrega humilde e atenta à comunidade, fizeram dele uma figura de referência, não só para a cidade, mas também para toda a região. Destaca-se, ainda, a sua dedicação e empenho na reconstrução do Centro Paroquial e Social de Almacave.-----

O Monsenhor José Rodrigues Pinto Guedes faleceu a 4 de junho de 2024, com 77 anos.-----

Quem o conheceu e com ele privou, sabe que era impossível ficar indiferente à sua resiliência e generosidade, características tão vincadas deste “pastor de pessoas”, deste homem de fé, deste homem bom.-----

Homem notável, que gozava da simpatia, do carinho e respeito da população lamecense. Homem com um coração grande, acessível a todos e onde todos tinham lugar. Homem de Deus, que iluminou e orientou, nos caminhos da fé, tantas crianças, jovens, adultos e idosos.-----

O Monsenhor José Rodrigues Pinto Guedes era tratado e descrito de forma carinhosa e respeitosa, pelos jovens e amigos, que com ele tiveram a felicidade de partilhar tantas vivências, como: “o nosso Zé Guedes”.-----

*Ele “era cantigas ao microfone nas viagens paroquiais, a preocupação e dedicação aos jovens; era o amor a Nossa Senhora, era entrega. Era sorrisos meigos e sinceros!”-----
Dotado de uma voz imponente, tinha o dom da oratória, do canto e de tocar o coração de todos, sem distinção.-----*

Um homem bom que sempre se destacou pela sua vincada vertente apostólica, social e humana, pelo que merece um profundo respeito e admiração de todos.-----

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:

- Aprovar o presente Voto de Pesar pelo seu falecimento;-----*
- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências;-----*
- Prestar um minuto de silêncio, em sua homenagem;-----*
- Atribuir o nome “Padre Zé Guedes” a uma rua da cidade.”-----*

*Interveio o membro **Pedro Torres**, que proferiu a seguinte intervenção: “Bom dia a todos. Começo por cumprimentar a senhora Presidente da Mesa da Assembleia, e o senhor Secretário, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, caríssimos deputados municipais e todos aqueles que estão hoje aqui presentes nesta fantástica Freguesia de Figueira.-----*

Quero endereçar à senhora Presidente Junta e a todos os seus concidadãos, um bem-haja, pela forma alegre e bem-disposta como nos recebem no seu espaço.-----

Cumprimento também os colaboradores do Município de Lamego, quem está a prestar apoio técnico e principalmente, todos aqueles que, em casa, assistem a esta sessão.

Senhora Presidente, não tenho problemas em admitir que teria muita dificuldade em escrever um texto igual àquele que a senhora deputada Alita Carvalho leu. Sentimo-nos identificados com cada uma das palavras que aqui foram ditas.-----

No entanto, também tenho necessidade de dizer algumas palavras, porque, de facto, aquilo que aqui foi dito, enobrece a figura incontornável que foi o Padre Zé Guedes.

Permitam apenas dizer o seguinte: são as vicissitudes da vida. Conheço o Padre Zé Guedes há bastante tempo, mas, provavelmente, a altura que mais próximo estive dele, foi na sua última caminhada.-----

O Padre Zé Guedes tinha uma particularidade, era dotado de um vasto vocabulário, sabia escolher cada uma das suas palavras, e aquilo que fica da sua passagem pelo nosso território, e por outros territórios, é a obra que ele deixou.-----

Deixou a obra física e ajudou muita gente, penso que irão passar décadas para voltarmos a ter, sem desprimor para ninguém, um ícone como teve a Paróquia de Almacave durante estes longos anos.-----

Mas há ainda outra marca que o Padre Zé Guedes deixa, que é a sua palavra e as diferentes formas como ele se conseguia exprimir, não só pelo canto, mas quem assistia às eucaristias presididas por ele, sabe, e eu assisti várias, era a mensagem que ele passava.-----

As mensagens não tinham segundas intenções, ele não era muito disso, ele era direto. É sempre triste quando alguém parte, e é mais triste quando alguém, que tanto fez,

nos deixa fisicamente, mas estou certo, e será praticamente unânime, que reconhecemos, no Padre Zé Guedes, um pensador e, acima de tudo, alguém que fez muito em prol da sua população e da sua paróquia.”-----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** questionou o membro Viriato Lemos, do Partido Chega, se pretendia associar-se ao Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor José Pinto Rodrigues Guedes, subscrito pelo grupo municipal da Coligação “Somos Lamego”, pelo grupo municipal do Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária.-----

O membro **Viriato Lemos** respondeu afirmativamente.-----

De seguida, a senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação o Voto de Pesar, pelo falecimento do Monsenhor José Pinto Rodrigues Guedes.-----

Deliberação: O voto de pesar foi aprovado, por unanimidade, dos presentes.-----

Tomou a palavra a senhora **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que chegaram à Mesa da Assembleia duas Moções, subscritas pelo membro da CDU, Samuel Martins, passando a ler a primeira na íntegra: -----

“Moção 1 - Pelo imediato cessar-fogo na Palestina, pela solidariedade com o povo palestino e o reconhecimento do Estado da Palestina pelo Estado português.-----

A campanha militar israelita contra o povo palestino, configura, na sua ação, um genocídio, assente em vários crimes de guerra, uso de armas proibidas à luz das convenções internacionais, e numa ocupação ilegal do território da Palestina.-----

Quem permitiu que todos os acordos e resoluções ficassem por cumprir e fossem violados, quem inviabilizou toda e qualquer perspectiva de solução política para o conflito, quem foi conivente com a ocupação e opressão, a expansão dos colonatos, o bloqueio à Faixa de Gaza, a prisão de milhares de presos políticos palestinos, nas prisões israelitas, quem tolerou os crimes de Israel e a sua escalada pelo atual governo de extrema-direita, fortemente contestado pelo povo israelita daquele território e o povo judaico de todo o mundo, e só encontrou palavras de condenação para a resistência palestina, tem hoje perante si, as consequências da sua política.-----

A expressão de solidariedade internacional, onde milhões acorrem às ruas, em todos os países do mundo, deve encontrar também respaldo nas instituições ditas democráticas.-----

O genocídio levado a cabo por Israel é, naturalmente, executado à margem do direito internacional e das últimas resoluções sobre estes territórios, um genocídio que encontrou um forjado contexto nos ataques de 7 de outubro, do Hamas, que não se deixam de condenar e exigir a libertação dos reféns israelitas, mas que foi devolvido em massacre aos povos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, aqui, onde curiosamente, ou não, se encontra fora da esfera de influência do Hamas.-----

Os próprios termos, que enquadram esta campanha, são perversos, enganadores e inaceitáveis. -----

A agressão israelita contra o povo palestino, com a criminosa ofensiva militar contra a faixa de Gaza e a sua população, é travestida de escalada de violência entre Israel e a Palestina.-----

A campanha militar israelita em curso é suportada no continuado apoio político, diplomático e militar dos EUA e alguns países europeus, onde nas últimas resoluções da ONU, para um imediato cessar-fogo, apenas 10 países num total 186 votaram contra, Estados Unidos e Israel incluídos. Pretender ensaiar uma suposta postura de neutralidade perante a vítima e o agressor, perante o ocupado e o ocupante, não é senão um inaceitável e também criminoso acto de cumplicidade com o lento genocídio do povo palestino, que não pode ficar sem denúncia.-----

Sobretudo, num genocídio que ocorre perante os nossos olhos, onde os alvos de Israel se traduzem em ataques a hospitais, escolas, zonas residenciais e campos de refugiados.-----

Morreram, até agora, quase quarenta mil civis palestinos, onde a maioria são crianças e mulheres.-----

Por estas razões, a CDU propõe que a Assembleia Municipal de Lamego, reunida em Sessão Ordinária, no dia 28 de junho de 2024, delibere:-----

- 1. Repudiar e condenar o brutal ataque do exército israelita contra o povo palestino, que visa o castigo colectivo de um povo que luta pelo seu direito a um estado independente, e que tem por objectivo claro obstruir quaisquer negociações e soluções pacíficas, para uma ocupação que dura há décadas;*-----
- 2. Manifestar toda a solidariedade e apoiar o direito do povo palestino a resistir à ocupação do seu território e exigir o fim de todas as formas de ataque por parte das forças israelitas;*-----
- 3. Exigir às entidades israelitas um imediato cessar-fogo;*-----
- 4. Exigir o reconhecimento, por parte do Estado do Português do Estado Palestino;*
- 5. Dar conhecimento desta moção ao Governo Português, ao Representante da Autoridade Nacional da Palestina, em Portugal, e à Embaixada de Israel.”*-----

Interveio o membro **Constantino Vaz** que começou por cumprimentar a senhora Presidente da Junta de Figueira e, na sua pessoa, o restante Executivo, bem como o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia e membros da Assembleia de Freguesia e, ainda, todos os habitantes de Figueira.

Cumprimentou também todo o Executivo Municipal, na pessoa do senhor Presidente da Câmara e a Mesa da Assembleia Municipal.

De seguida, proferiu a seguinte intervenção: “Quanto à moção apresentada pela CDU, verifico que estão sempre só de um lado.

Quando se fala em genocídio, temos que saber o significado da palavra, e ela significa a extinção de um povo, o que aconteceu na Segunda Guerra Mundial e está a acontecer, como nós sabemos, em muitos países de África.-----

Portanto, ali não há genocídio.-----

Quando se fala dos países que apoiam Israel, são países na área da democracia. O Hamas não deixou funcionar a democracia quando tomou conta do poder na Palestina, tanto que o governo palestino teve que sair de lá. Porquê? Porque controlavam tudo, aquilo era uma ditadura, vamos dizer assim, quem não estivesse com eles, era aniquilado. E depois todo o processo que eles fizeram ao nível de educação nestes últimos anos, é estranho, porque no Hamas não morre ninguém, são todos mártires.-----

Também fala naqueles que apoiam este grupo terrorista, porque eles provocaram a invasão de Israel com um atentado, que não se vê, na Europa, ou no mundo ocidental, há séculos. Agora há mais de trinta mil mortos. Pergunto, o Hamas não é o culpado disto tudo? Porque utiliza aquela gente como escudo humano? Os palestinianos estão a ser vítimas e reféns do Hamas.-----

Eles não dão a cara, estão escondidos, utilizam o povo para ser um povo mártir e também incutiram na população da Palestina, desde que estão a poder há 15 anos, este princípio: todo aquele que morrer é mártir, ao ponto das famílias entenderem que ter um filho mártir, é uma glória.-----

Por cada filho mártir, a família recebe do Hamas o sustento. O senhor deputado fala nos Estados Unidos e em todos os países que não apoiam, mas fornecem material para se defenderem. Pergunto, porque é que o senhor não fala naqueles que há anos fornecem material de guerra ao Hamas?-----

Porque o que está aqui em causa é a subsistência de dois povos ou de dois países. Israel nunca aceitou o governo palestino, embora nos últimos anos houvesse uma aproximação, mas o Irão não quer Israel. E o senhor não fala aqui, naqueles que apoiam militarmente o Hamas.-----

Portanto, isto tem um princípio e um fundo político, que não é o nosso. Nós somos pelas democracias, mas também somos pela defesa do povo, ou de um povo que também é atacado. É certo, e é verdade, que todos sabemos que o que Israel está a fazer, é um exagero. Não é concebível.-----

Mas temos que perceber que é o Hamas que utiliza as crianças.-----

É normal, e é tendência da CDU, estar sempre só de um lado e nunca do lado da democracia.-----

Condenamos a forma como Israel está a utilizar a sua força. Condenamos o governo extremista que Israel tem, que está a tentar defender o seu próprio governo, mas em Israel também há democracia, há manifestações, quase diárias contra o governo.----

Para terminar, vamos votar contra, não podemos aprovar esta moção.-----

Estamos ao lado do povo da Palestina. Não estamos ao lado do Hamas.”-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: “A sensibilidade deste tema permite que cada um vote de acordo com sua própria consciência.”-----

É um tema extremamente sensível. Percebo o que senhor deputado da Coligação "Somos Lamego" aqui explanou, é uma visão perfeitamente defensável, no seu ponto de vista, mas, no meu ponto de vista, estamos um pouco distantes.-----

Tentamos simplificar e justificar, que a morte de mais de 30 mil pessoas, se deve única e exclusivamente a uma ação pontual, perfeitamente ignóbil, intratável, vergonhosa, baixa e covarde, feita por um grupo terrorista de nome Hamas.-----

O grande problema, é que a situação em Israel, naquele território, se não estou em erro, desde dia 7 maio de 1948, e esta é a realidade. Houve uma imposição, por parte dos primórdios daquilo que era as Nações Unidas, para tentar uma solução, para se estabelecer um povo.-----

O movimento sionista, que muitas vezes associamos ao Estado de Israel, não é bem assim. O movimento sionista, pretendia, desde o início, sua expulsão daquelas terras, ainda no tempo do Egito e pretendiam voltar a ocupar aquilo que era a Terra Santa, que eles defendiam e que defendem através da Tora, daquilo que são os princípios do Antigo Testamento, que, por acaso, os católicos também o partilham, na sua primeira edição.-----

O grande problema é que, de facto, Israel manteve sempre uma postura muito belicista em relação àquilo que foram as tentativas de conversação e os tratados de Camp David, que não sortiram efeito. -----

Mas, desde a Guerra da Independência, desde a Guerra do Suez, desde a Guerra dos Seis Dias, desde a Guerra de Yom Kippur, todas elas demonstraram sempre uma força perfeitamente desigual.-----

É verdade que tenho alguma dificuldade em utilizar a terminologia genocídio, é uma terminologia forte, mas não tenho medo de lhe dar o significado político, daquilo que significa a morte de mais de 30 mil pessoas, sendo que a esmagadora maioria delas são crianças, são idosos e são mulheres. Não quero acreditar que crianças, com tenra idade, sejam consideradas terroristas, sejam consideradas braços armados, de um qualquer Hamas, ou de uma outra qualquer força Jihadista daquela região.-----

Aquilo que está aqui expresso, permitam-me essa ousadia, a nível de conteúdo, é apenas o que foi a última resolução das Nações Unidas, que por acaso não foi apenas subscrita pelos Estados Unidos. Permitam-me também dizer, o atual governo português, que por acaso é uma coligação do PSD e do CDS, subscreveu essa mesma moção nas Nações Unidas, a qual assino por baixo.-----

Aquilo que está aqui em causa é uma medida perfeitamente desproporcional.-----

É verdade que morreram mais de 1500 pessoas num ataque e hediondo, mas não sei se matar mais de trinta mil pessoas, não é claramente um ataque hediondo a um povo, que está encurralado num enclave e que não se resume apenas àquilo que é a faixa de Gaza, porque as mortes que estão a acontecer, e basta estarmos um pouco atentos, também se verificam na Cisjordânia.-----

O meu voto será favorável a esta moção, não a subscrevo na sua totalidade, porque a forma de me exprimir afasta-me um pouco do seu conteúdo, mas a sua base, se nós queremos ser humanistas e se nos dizemos democratas e humanistas, não devemos ter qualquer preconceito em defender aquilo que é o equilíbrio.-----

A vida humana, não tem preço, seja ela vilipendiada por um qualquer terrorista, seja ela vilipendiada por uma qualquer bomba de um Estado, que se diz de direito e democrata. A perda de vidas humanas, desta forma, é sempre lamentável.-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção: *Nós somos contra esta moção, pois a mesma não tem lógica.*-----

Os senhores esqueceram-se o que é que o Hamas fez em Israel.-----

Nem devíamos ter aceitado a apresentação desta moção por parte da CDU.-----

Tomou a palavra o membro **Samuel Martins**, que começou por cumprimentar o público, a Mesa da Assembleia, os senhores deputados municipais, os senhores Presidentes de Junta, em especial a senhora Presidente de Junta da Freguesia de Figueira, que hoje recebe esta sessão descentralizada.-----

De seguida, proferiu a seguinte intervenção: *“A CDU apresenta, novamente, esta moção e vai continuar a trazê-la.*-----

Embora entenda que para vocês, e segundo a vossa opinião, o genocídio seja um termo muito forte, nós, na CDU, acreditamos genuinamente que está a acontecer um genocídio, que há evidências que o Estado de Israel, ou pelo menos algumas pessoas que controlam o Estado de Israel, têm o objetivo e a intenção de terminar com o povo palestino.-----

Garanto, ao membro Constantino Vaz que não apoio o Hamas, nem que a CDU apoia o Hamas. O Hamas é anticomunista. Já não há eleições na Palestina há muitos anos. Há uma sondagem, que foi feita nas condições possíveis, para a Fatah vencer as eleições. Não se sabe quando é que poderá haver eleições, pois é um país que está em estado de guerra constante e é muito difícil que volte a haver eleições.-----

Não sei se quem vai para o Hamas é sempre mártir, mas as crianças, que estão a morrer na Palestina, são realmente mártires.-----

Interveio o membro **Constantino Vaz** para proferir a seguinte intervenção: *“Para nós, a pessoa humana está acima de tudo. Somos humanistas, somos pelo respeito dos direitos humanos, seja onde for.*-----

O que está patente na vossa moção é o genocídio e é não apontarem, porque para haver o Hamas e outros grupos terroristas, os mesmos são financiados por quem?

São grupos que provocam aquela estabilidade constante, naquela zona do mundo.

Não podemos aceitar estar só de um lado. Não é só Israel, são também os outros países que apoiam e que financiam o Hamas.-----

Ao afirmar que não podemos aprovar essa moção, é precisamente por essa razão.

Não estão aqui em causa os direitos humanos, os direitos daquelas crianças, que são escudos humanos, e não há dúvida nenhuma que o são.-----

A nossa posição é esta, temos que conseguir ver a situação dos dois lados, quem apoia uns e quem apoia outros. Não basta ver simplesmente quem apoia Israel, porque quem apoia Israel militarmente, também o critica e a prova é a aprovação da moção nas Nações Unidas.-----

Não vamos aprovar essa moção, mas cada um votará em consciência.-----

No grupo parlamentar, do qual faço parte, não se impõe a votação a ninguém, apenas damos a orientação de voto.-----

Cada um tem a liberdade de votar em consciência.”-----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a Moção a votação, informando que estavam trinta e cinco membros presentes na sala.

Deliberação: A Moção foi aprovada com 13 votos a favor, 19 abstenções e 3 votos contra.-----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** tomou, novamente, a palavra para referir que há uma segunda Moção apresentada pela CDU, a qual leu na íntegra: -----

“Moção 2 -----

Saudação à comunidade romani portuguesa, pela comemoração do Dia Nacional do Cigano, no passado dia 24 de junho de 2024, pelo seu contributo na construção secular do país, pela sua resiliência a uma constante marginalização e discriminação, pela falta de representação nos vários níveis de decisão de poder do estado, pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e ao ensino académico.-----

A mobilização da sociedade civil e dos decisores políticos é essencial para a efectiva execução de políticas públicas que mitiguem os efeitos da pobreza e da exclusão, como previsto pela Estratégia Nacional para Integração das Comunidades Ciganas.”

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Moção apresentada pela CDU foi entretanto subscrita pelo grupo municipal do PS e pelo Grupo Municipal da Coligação “Somos Lamego”.-----

De seguida, e não havendo qualquer pedido de intervenção, colocou a Moção a votação, informando que estavam trinta e quatro membros presentes na sala. -----

Deliberação: A Moção foi aprovada, por maioria, com 33 votos a favor e 1 abstenção.

Tomou a palavra a senhora **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que, terminaram as apresentações dos Votos de Pesar e das Moções. Em seguida, perguntou se alguém pretendia fazer alguma intervenção.-----

Tomou a palavra o membro **Ana Branca**, que começou por cumprimentar a senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, afirmando que é sempre um gáudio ver mulheres nas presidências das instituições, dos institutos públicos ou de qualquer entidade ligada à administração pública. -----

Continuou, cumprimentando o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os senhores deputados municipais, os senhores Presidentes de Junta, a população figueirense e todo o staff, que presta apoio à realização desta Assembleia Municipal descentralizada.-----

De seguida, proferiu a seguinte intervenção: “*Em 1968 houve uma lei que pôs fim à discriminação de voto, pese embora ter havido, como todos sabem, uma, então, Beatriz Ângelo, que em 1911 criou um incidente em termos de tribunal, que a levou a votar e a criar um vazio legal. Mas efetivamente foi só em 1968.*-----

Vou um bocadinho atrás, 1962, e a senhora Presidente perceberá porque é que não a cumprimentei de uma forma mais protocolar, porque tem a ver com isto.-----

Decorria o ano de 1962, Freguesia de Figueira, e existia uma mulher, que após abril de 1974 também foi autarca.-----

Lecionava, no agora primeiro ciclo, mas que há época se denominava Escola do Ensino Primário. Não havia ligação a Figueira, não havia carros, poucos carros existiam, nem todos tinham um carro, hoje temos uma realidade diferente. Todos os dias subia grávida a ladeira, muito grávida, isto porque nem havia licenças, nem havia situações de interrupções, realidade que hoje também é diferente.-----

Eu, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, durante nove meses subi estas ladeiras.

E a senhora minha mãe, professora, do primeiro ciclo, esteve a trabalhar até ao último dia. Só tínhamos o direito de andar de jeep, quando o senhor meu pai vinha buscar, na zona da Recião, a senhora minha mãe e aquela que seria a primeira filha de ambos.

De facto, Freguesia de Figueira, figueirenses e senhora Presidente de Junta, Figueira não está só no meu coração, está na minha vida.-----

Mas isto é falar de direitos humanos.-----

Direitos humanos, como vimos por estas moções, estão na ordem do dia. Quer na parte da discussão, quer na parte das tertúlias. Quem tem de pensar nos povos, senão nós, seres humanos?-----

Endereço o meu apreço às mulheres que têm um cumprimento na função, daquilo que é a administração local, às autarcas.-----

E na figura da senhora Presidente de Junta de Freguesia, Teresa Fonseca, dizer que não é fácil ser autarca no feminino. Empresária, mãe, filha, autarca, e para além disto uma série de funções invisíveis que ninguém sabe, ninguém vê, mas que têm de ser executadas todos os dias.-----

A inclusão das mulheres, em processos de tomada de decisão, é vital para garantir, que a sua voz e as suas necessidades sejam consideradas.-----

Deixar bem claro, que há, ainda, uma necessidade de empoderar mais, capacitar mais, mas não são só as mulheres, são as instituições e o seio das instituições. É preciso repensar a igualdade, ou melhor, a equidade.-----

Somos todos necessários nas múltiplas funções, nos múltiplos papéis de governança local.-----

Reitero, senhora Presidente, os meus cumprimentos, e que Figueira possa ter sempre e para sempre a melhor das Presidentes.”-----

Tomou a palavra o membro **Domingos Nascimento**, que começou por cumprimentar todos os cidadãos eleitos, a senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, o

senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, os membros da Assembleia Municipal, colaboradores do Município, o público e todas as pessoas que assistem a esta sessão, através das redes sociais.-----

Fez um cumprimento especial à senhora Presidente da Junta de Figueira e a todos os seus concidadãos.-----

Seguidamente, proferiu a seguinte intervenção: *“Não podia deixar de salientar o facto de Portugal voltar a ter mais uma pessoa num lugar relevante da Europa. Felicito António Costa pela sua eleição para a presidência do Conselho Europeu.-----*

Fica muito clara a capacidade geopolítica de Portugal e a capacidade do governo, na afirmação desta candidatura.-----

Queria manifestar também uma preocupação quanto ao que está a acontecer na Unidade Local de Saúde, nomeadamente ao nível da falta de integração de cuidados.

A integração de cuidados, que era aquilo que se supunha acontecer com a criação das ULS – Unidades Locais de Saúde, não é ainda visível, pelo menos na nossa. Acredito que isso venha a acontecer o mais rápido possível, até porque se não acontecer, será péssimo para a dinâmica de cuidados de saúde, na nossa região.-----

Não podia deixar também de referir, na sequência daquilo que fiz, aliás, na última Assembleia Municipal, que a falta de médicos é gritante.-----

Na sessão anterior da Assembleia Municipal, falei em colapso dos cuidados de saúde primários no Douro Sul e isso está a acontecer. Por exemplo, em Sernancelhe vamos ficar quinze dias sem qualquer médico na unidade, o que é absolutamente inacreditável, havendo disponibilidade, eventualmente por teleconsulta.-----

Todos sabemos de quem é a responsabilidade do colapso dos cuidados de saúde primários, o Partido Socialista deve fazer uma avaliação daquilo que aconteceu, do mal que aconteceu nos cuidados de saúde primários no Douro Sul.-----

Um outro aspecto que nos deve preocupar, tem a ver com o Douro e com as vindimas que se avizinham. Todos sabemos que, uma grande parte dos produtores de uvas, estão a receber comunicações das empresas que vinificam, impedindo, ou excluindo, a ligação que mantinham. Ou seja, uma parte significativa dos nossos produtores, não vão ter onde colocar as suas uvas.-----

Isto deve fazer-nos refletir, é transversal, não diz respeito a nenhuma das forças políticas, em particular, e deve unir-nos, no sentido de promover, no Douro, um novo, justo e moderno modelo de desenvolvimento, que promova a diversidade e a partilha de recursos.-----

O modelo de desenvolvimento do Douro vai passar por um mau bocado.”-----

Interveio o membro **Bernardo Xavier** para proferir a seguinte intervenção: *“Bom dia a todos, começo por cumprimentar a senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e os demais membros da mesa, cumprimentar o senhor Presidente de Câmara, Engenheiro Francisco Lopes e os senhores Vereadores, cumprimentar os meus colegas Presidentes de Junta, os senhores deputados da Assembleia Municipal,*

todos os populares, as pessoas que nos assistem em casa, e cumprimentar particularmente a minha estimada vizinha e camarada, a Presidente da Junta de Figueira, Teresa Fonseca, e todos os figueirenses, naturalmente.-----

Não podia perder esta oportunidade no sentido de tentar ser coerente, que é, aliás, o pretendo ser sempre, quer na vida pessoal, quer na profissional, e também neste trajeto político.-----

Aquilo que tenho dito ao senhor Presidente da Câmara é que, sempre que estejamos juntos, no sentido de colaborar com as pertenças e com as nossas necessidades, e refiro-me naturalmente à União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, tenho todo o gosto em agradecer. Nesse sentido, estou de alma e coração cheio e muito feliz por ter assinado o protocolo de colaboração técnica e financeira, que solicitamos ao Município, no sentido de podermos iniciar uma, das muitas obras urgentes em Valdigem e que nos faz imensa falta. -----

Por esse motivo, senhor Presidente, um bem-haja, e fica demonstrado, de forma clara, que as nossas divergências, a nível político, são saudáveis. -----

O bom caminho deve ser realizado numa estrita colaboração entre as instituições, neste caso entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. Saberá, decerto, que temos muitas mais necessidades para resolver, nomeadamente ao nível da repavimentação. Ficámos excluídos, nesta fase, mas já falamos sobre isso e o senhor Presidente garantiu, e registo, que a União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem irá ser incluída na tal segunda fase.-----

Os valdigenses esperam que tal aconteça, porque necessitamos que as nossas estradas sejam, efetivamente, repavimentadas. -----

Abrir aqui só um parêntesis, para dizer o seguinte ao estimado colega deputado, que interveio há pouco: senhor deputado, não sei se a culpa, pela falta de médicos, é do Partido Socialista, se é do Partido Social Democrata. Fui eleito para defender os interesses da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, não estou aqui para defender o atual Governo, nem o anterior Governo.-----

Estou aqui para demonstrar e registrar o seguinte, Lamego, efetivamente, tem falta de médicos, e nós, habitantes do concelho, sofremos com isso todos os dias. Valdigem, em particular, está a sofrer imenso, porque o Posto Médico está fechado há mais de três meses.-----

Realmente não sei se foi o Partido Socialista, como lhe digo, não me interessa. O que eu sei também é que o seu Governo afirmou, na campanha eleitoral, que nos primeiros cem dias de governação, iria resolver esse assunto. Portanto, não entendo o porquê dessa referência.-----

Para terminar, dizer-lhe que quero é que os habitantes de Valdigem e de Parada do Bispo e todos os habitantes do concelho de Lamego, tenham, efetivamente, médico, e isso é, sem dúvida, o mais importante. Tudo o resto é política.”-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção: “*Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhores deputados municipais, público aqui presente e órgãos de comunicação social, bom dia a todos.*-----

Reitero a nomeação de um português para Presidente do Conselho da Europa. É bom para Portugal. -----

É ufano para esta Assembleia, que a mesma seja presidida por uma senhora. Obrigado, senhora Presidente da Mesa.-----

Quero felicitar a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Figueira.-----

A Assembleia Municipal é o local apropriado para encomiar dois profissionais de saúde que exerceram a sua atividade profissional em prol dos doentes, a doutora Lucília Duarte e o enfermeiro lamecense, Alcino Pinto.-----

Alcino Pinto trabalhou no Hospital S. Teotónio, em Viseu, e quando se apercebia que alguém de Lamego estava lá internado, dava todo o seu apoio, sem estar à espera de agradecimentos.-----

Contudo, persistem em Lamego situações anormais e desleais, como as criadas por um ex-Vereador que, com ambiguidade, transformou a frioleira em polémica “de 31 de boca”. A eloquência não é titubeante e a palavra deve materializar-se em ação.-----

Os lamecenses andam perplexos com a ausência de respostas às intervenções de deputados e de requerimentos apresentados ao Executivo Camarário. Gesticulação e mutismo, não são sinónimos de resposta, numa Assembleia onde a palavra é determinante.-----

Senhores deputados, ao ter convivido com duas personalidades que, à sua maneira, valorizaram Lamego e, particularmente, o Santuário da Nossa Senhora dos Remédios, alerta, mais uma vez, para a degradação do parque, outrora, um oásis com um belo arvoredo e uma estrutura de lazer e hotelaria. Aí respirava-se oração, segurança, paz, alegria e conforto. Hoje, a realidade é deprimente e a responsabilidade é nossa, que, por incúria, desbaratamos o património arquitetónico e paisagista, que fazia a grandeza de Lamego. Desbaratamos apoios financeiros europeus, fazendo e desfazendo, sem critério, e o parque envolvente do Santuário da Nossa Senhora dos Remédios continua esquecido. É como a Bela Adormecida, que teve o seu príncipe, que a acordou para a vida. Lamego aspira por um Executivo com ambição e com olhos de ver. -----

Alguns eventos vão acordando Lamego da persistente inação, como a realização da corrida de cavalos de passo travado, a Feira Medieval, a Feira do Livro, a etapa do Grande Prémio de Ciclismo Douro internacional, a presença da senhora Vice-Presidente, Dra. Catarina Ribeiro, no desfile do Bombeirinho de Ferro.-----

Neste contexto, quero parabenizar senhor Vereador José Pinto, pelo seu trabalho em prol de Lamego. -----

Termo, deixando um reparo ao Partido Socialista. A sua atitude moralista e paternalista fica-lhe mal. Teve responsabilidades no fracasso de Lamego. Os seus executivos envergonharam Lamego.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: “Confesso que não ia dizer nada, mas sou obrigado a fazê-lo, a propósito desta última intervenção.

Orgulho-me, todos os dias, das intervenções que faço e da postura que tenho.-----

Não me leve mal senhor deputado, mas, de forma democrática, digo que vou aqui assistindo a verborreias aliadas com a forma, perfeitamente inusitada, perfeitamente descabida e sem qualquer tipo de conteúdo, principalmente quando se tenta fazer acusações só porque parece bem fazê-las.-----

Dito isto, senhora Presidente, aproveito a oportunidade, para me congratular, com o final de um processo, que foi penoso e que demorou vários anos, que foi a certificação do Heliporto do Hospital de Lamego.-----

Esse processo penoso teve agora o seu fim, mas também teve um início. Ao fim de todo este tempo, gostaria de dizer que se continuarmos a ter instituições como a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil, que leva anos a fio para satisfazer, aquilo que são pretensões, mais do que justas, da população e se isto tiver replicação noutra tipo de decisões, parece-me que de facto temos que fazer, enquanto sociedade, uma reflexão profunda sobre se este tema e sobre o melhor procedimento, para chegarmos a bom porto.-----

A pergunta que faço é: como é que foi possível ter-se feito um hospital de raiz e um heliporto levar anos a licenciar?-----

Já passaram cerca de 12 a 14 anos, desde a conclusão do hospital, e como é que foi possível passar este tempo todo, para regularizar essa situação. Esteve bem a Câmara Municipal, esta e a anterior, naquilo que foi o seu apoio possível, no sentido de tentar ultrapassar constrangimentos que, verdade seja dita, eram da responsabilidade do Estado Central.-----

Por fim, ficou concluído o processo. Esperemos que não apareça uma qualquer circunstância e uma qualquer mudança de regras, que possam tentar reverter a situação, pois, nos dias que correm, tudo é possível.-----

Seria hipócrita se não abordasse também um assunto que passou, há cerca de dois, numa reportagem televisiva. Neste contexto, queria proferir um conjunto de esclarecimentos, para que não haja dúvidas.-----

A referida reportagem foi feita pela revista Sábado, por intermédio da CMTV, que passou também no Correio da Manhã e parte dela e foi expressa na revista Sábado. Que fique claro que, de facto, fui uma das pessoas entrevistadas, mas não fui eu quem chamou os jornalistas, não tive qualquer tipo de responsabilidade em relação a esse assunto, como se indiciou.-----

E também, em bom rigor, aquilo que aconteceu, foi que me apresentaram um conjunto de factos e simplesmente me pronunciei sobre eles. Mas digo, sem hipocrisia, que conhecia esses factos.-----

Mas, nessa referida reportagem, algo foi dito pelo senhor Presidente da Câmara, sobre o qual gostaria de obter um esclarecimento. Praticamente, passou a ideia de que, fazer uma obra e lançar o procedimento um ano depois, ou dois anos depois, é algo normal, que é uma coisa natural e tentou passar também a ideia, ainda mais errada, de que é o que interessa é que a obra está feita, esqueçam lá os procedimentos.-----

Tenho que fazer a pergunta, embora em bom rigor seja quase retórica, porque os dados são por demais evidentes, mas a pergunta é simples: foram feitas, ou não, as obras referidas na reportagem, sem serem acautelados os devidos procedimentos?

E ainda, em relação ao procedimento, se, de facto o hiato de tempo, de mais meses menos meses, foi de facto esse, e se o senhor Presidente da Câmara não acha que esse é um procedimento errado e que não deve ser feito dessa forma? E recuso-me a fazer mais juízos de valor.-----

São duas questões muito simples, que certamente o Sr. Presidente da Câmara terá a oportunidade de responder, nesta sessão da Assembleia Municipal.-----

Por último, senhor Presidente da Câmara, estive a fazer uns cálculos, e faz hoje exactamente sete meses, que abordei a situação das obras, que estão a decorrer entre a Quinta do Rebolal, a Urbanização do Paraíso e a Quinta das Oliveiras, e como é a zona da localização geográfica do meu humilde apartamento, deparo-me diariamente com as referidas obras.-----

Foi aqui admitido, há sete meses atrás, que as obras estavam atrasadas. Além de já ter referido que as obras estão mal feitas, aqueles jardins estão uma vergonha, não tenho outra palavra para os descrever. Não sei se foi um problema de falta substrato, não sei se faltou, em alguma altura, a semente para o devido enrelvamento, mas bastam apenas algumas chuvas, para provocar o arrastamento daquelas terras e os jardins ficam num estado deplorável. Sujeito-me a dizer, que ficam até em pior estado, do que estavam antes. As obras estão a arrastar-se de uma forma perfeitamente impossível e os constrangimentos, que provocam às pessoas que moram naquela zona é brutal.-----

Pergunto, e digam-nos de uma vez por todas, quanto tempo é que falta? Já sabemos que há sete meses elas estavam atrasadas.-----

Faltam dois anos? Três anos? É que pelo andar de carruagem deve ser por aí.-----

Portanto, senhor Presidente, agradecia que nos pudesse esclarecer em relação a essas obras, especificamente, que afetam alguns milhares de pessoas, pois é, provavelmente, uma das zonas com maior densidade populacional da cidade de Lamego.-----

Gostaria de saber para quando o fim daquele calvário, e se realmente vai ficar como deve ser. Se não ficar como deve ser, que sejam assacadas as devidas responsabilidades.”-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção: “Verborreias, senhor deputado, são as obras que o Partido Socialista fez durante 18 anos.-----

Lamego parou, estagnou, comparado com os concelhos que estão à volta.-----

Senhor deputado, tenha cuidado com a sua linguagem. É isso que quero dizer. Lamego perdeu com o Partido Socialista.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir o seguinte: “Começo por dirigir, à senhora Presidente da Mesa da Assembleia, um cumprimento especial por estar a presidir os trabalhos nesta sessão da Assembleia Municipal descentralizada, na Freguesia de Figueira.-----

Cumprimento também o senhor Secretário da Mesa, todos os deputados municipais, os senhores vereadores, os funcionários da autarquia, a população de Figueira, algumas pessoas apenas, mas são muito bem-vindas. Gostamos muito que estejam a acompanhar, presencialmente, os trabalhos desta Assembleia e cumprimento também todos os que nos acompanham através das redes sociais do município.-----

Queria começar, naturalmente, por agradecer à senhora Presidente da Junta da Freguesia de Figueira, o acolhimento que nos faz neste salão, este espaço excelente, numa freguesia que tem, de facto, uma paisagem magnífica.-----

É também uma freguesia de gente trabalhadora, muito dedicada à viticultura. Aqui se fazem excelentes vinhos, excelentes azeites, é gente que trabalha muito e é um local onde gostamos muito de vir, onde cultivamos amizades, onde temos feito algum trabalho, e fizemo-lo recentemente, com a pavimentação da continuação desta estrada, que passa mesmo em frente à sede da Junta de Freguesia e preparamos também outras intervenções, nomeadamente e como sabe, na área do saneamento que ainda é muito carente e difícil nesta freguesia, até por força da topografia, que também não a favorece.-----

Mas, é, sem dúvida, uma freguesia, favorecida pelas pessoas, pelas dinâmicas e quero deixar essa referência especial à senhora Presidente, ao seu Executivo e a toda a Freguesia de Figueira.-----

Queria fazer também uma referência e prestar a minha homenagem e a minha saudade à figura do Padre Zé Guedes.-----

Monsenhor José Pinto Rodrigues Guedes marcou indelevelmente a freguesia de Almacave, a paróquia de Almacave e a cidade de Lamego, durante cerca de 30 anos.

Foi uma pessoa presente na vida quotidiana da paróquia, foi uma pessoa presente na atividade social e cultural da cidade e do concelho, foi uma pessoa com uma dinâmica acima do normal, independentemente da idade, até ao último dia. Teve coragem de lançar obras, de lançar projetos, de assumir compromissos e responsabilidades, desde

o Centro Paroquial de Almacave, à Residência Sacerdotal, instalada no seminário, projeto no qual estava empenhado ultimamente.-----

Quero, por isso, dizer que o Município lhe atribuiu a Medalha de Ouro da Cidade, a nossa mais alta condecoração. Foi atribuída, mas não fizemos a outorga no dia marcado, porque ele não tinha tempo, queria que fosse no dia do aniversário, ou no dia da ordenação sacerdotal, mas não se conseguiu organizar essa cerimónia. -----

Mais uma razão para testemunhar o meu apreço pessoal e gratidão, mas, sobretudo, o apreço e a dívida de gratidão de todo o Município de Lamego ao Padre José Guedes. Relativamente às intervenções que aqui foram feitas, queria, naturalmente, associar-me à intervenção que a Dra. Ana Branca fez, sobre a necessidade de se capacitarem as mulheres e também as instituições, para que possam, de facto, acolher e tratar melhor, as senhoras que trabalham e que também são mães e têm outro conjunto de tarefas, muito importantes na nossa sociedade.-----

Penso que o Município de Lamego é um exemplo disso, tendo na sua estrutura de pessoal, muitas mulheres, uma maioria de mulheres, num largo espectro de funções, incluindo as funções de chefia.-----

Relativamente às questões suscitadas pelo Dr. Domingos Nascimento, quero associar-me também à felicitação que aqui foi feita, pela nomeação do doutor António Costa, ex-Primeiro Ministro, para presidir ao Conselho Europeu.-----

Conheço muito bem o Dr. António Costa, fomos colegas enquanto autarcas, estivemos juntos no Comité das Regiões, tenho apreço pessoal por ele e tenho, obviamente, consideração pelas suas qualidades políticas, que são, de resto, conhecidas, nomeadamente nas suas qualidades de hábil negociador, que deverão ser muito úteis nas novas funções que vai desempenhar.-----

Queria também deixar uma palavra de apreço ao atual Primeiro Ministro pois, sem qualquer hesitação, apoiou esta candidatura e conseguiu que um cidadão português esteja a ocupar um dos mais importantes cargos da União Europeia.-----

A União Europeia define grande parte da nossa vida, com as suas regras e também com o seu financiamento e é muito importante que nós possamos ter um papel, não apenas de sermos bons alunos, na aplicação dessas regras e numa utilização adequada dos fundos europeus, mas podermos ter uma palavra na definição dessas regras e das políticas europeias.-----

Sobre a questão da ULS – Unidade Local de Saúde, acompanho a preocupação com a falta de recursos médicos da ULS e com a dificuldade da articulação, entre cuidados primários e cuidados hospitalares, que deviam estar atenuados com esta nova organização.-----

Em todo o caso, do ponto de vista daquilo que são as responsabilidades do Município, em termos da manutenção dos edifícios, da disponibilização de todos os serviços auxiliares, que estão contratualizados no âmbito da transferência de competências, penso que temos cumprido cabalmente a nossa missão e é essa que nos compete.

Fazer aqui também uma referência ao heliporto. O heliporto está finalmente licenciado, está a ser utilizado, diria até que, infelizmente, está a ser utilizado. Agora vemos bem e compreendemos a falta que nos fez ao longo de todos estes anos, dada a gravidade dos problemas a que tem ocorrido e que, provavelmente, teriam pior desfecho se não estivesse a funcionar.-----

Espero que continue a funcionar, embora o espectro de eventuais alterações regulamentares, nomeadamente, por força do crescimento dos helicópteros de emergência, que são cada vez maiores, possam no futuro, espero que no futuro longínquo, obrigar a uma reavaliação da situação.-----

Sobre a questão do Douro e da próxima vindima, que afeta a Freguesia de Figueira e todas as freguesias ribeirinhas do concelho de Lamego e todos os concelhos durienses, que são produtores de vinho. O Douro precisa, efetivamente, de olhar, não apenas para o seu modelo de desenvolvimento, pois esse tem sido trabalhado em vastas áreas e algumas áreas com muito sucesso, nomeadamente o turismo, mas o Douro tem que olhar para o modelo de gestão da sua região vitivinícola.-----

Já não estamos no tempo do Marquês de Pombal, vemos as outras regiões dotadas de CVRs - Comissões Vitivinícolas Regionais, a fazerem o seu trabalho, a fazerem a promoção nacional e internacional dos seus vinhos e vemos o Douro, sempre bloqueado, em discussões institucionais estéreis e também em cativações, congelamentos e utilização abusiva dos saldos de gerência do IVDP - Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, pelo Ministério das Finanças, limitando, assim, a promoção dos vinhos do Douro.-----

Temos que nos entender internamente e temos que saber qual é o papel que pode caber ao Estado, no contexto da gestão da região e que, na minha opinião, deve ser o mínimo possível. Sobre o Douro devem decidir os durienses e muito especialmente os produtores e os comerciantes dos nossos vinhos, que são aqueles que, em primeira análise, são afetados pelo sucesso, ou pelo insucesso deste setor.-----

Um setor super competitivo, à escala mundial, um setor confrontado com desafios muito fortes, na redução do consumo, que decorre da mudança de hábitos dos consumidores, mas que decorre também de questões como a saúde, por exemplo, e as questões da rotulagem. Aliás, a rotulagem vai trazer novas informações, nomeadamente as quilocalorias, quantas pessoas vão deixar de beber um vinho do Porto quando olharem para o rótulo, isso não pode ser.-----

O que é importante enquadrar, é o consumo das bebidas alcoólicas, num consumo consciente, num consumo racional, isso exige, mais uma vez, o quê? Exige campanhas de informação, exige investimento, que a atual estrutura institucional da região não está preparada para fazer, apesar dos produtores pagarem, nos seus selos, uma componente para essa produção.-----

Portanto, o Douro tem desafios muito grandes, mas o maior desafio é conseguirmos olhar para dentro, quebrarmos os estereótipos, que estão instalados na cabeça de

muitas pessoas e encontrar uma forma de nos gerirmos autonomamente nesta área específica e neste setor específico da viticultura, que é super importante, mas eventualmente noutros também. -----

Sobre a intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, é óbvio que tínhamos que concluir a ronda de protocolos que celebrámos com as Juntas de Freguesia e que disponibilizaram às mesmas, cerca de 700 mil euros. Temos hoje a assinatura dos dois últimos protocolos com Juntas de Freguesia.-----

Iremos, no próximo ano, continuar a fazer protocolos, promovendo uma segunda ronda, mas aproveito a oportunidade para prestar informações mais específicas sobre aquilo que tem sido o financiamento às freguesias. -----

As freguesias recebem financiamento direto do Estado, através do FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, que tem ainda um adicional, recebem financiamento, via DGAL - Direcção-Geral das Autarquias Locais, mas acordado entre freguesia e Município, relativamente às competências transferidas, recebem os protocolos de cooperação técnica e financeira do Município para obras, para os transportes escolares, para as AECs – Atividades de Enriquecimento Curricular, para atividades diversas, dependendo do contexto da freguesia, e recebem, ainda, apoio material do Município em requisições para materiais, para horas de máquina e para obras de gestão direta da freguesia.-----

Esse montante ascendeu, em 2024, a 2.500.000,00€. No ano passado, foi cerca de a 2.300.000,00€, porque o adicional às Juntas de Freguesia subiu bastante, o que significa que, no final do mandato, estaremos com transferências globais para as Juntas de Freguesia de cerca de 10.500.000,00€.-----

São verbas muito significativas e são verbas que têm que ser sentidas. Serão sentidas, naturalmente, pela população no seu dia-a-dia, mais numas situações e menos noutras.-----

Contamos com essa capacidade financeira e com as Juntas de Freguesia para ajudarem também o Município, no esforço de investimento que tem vindo a fazer.----

O senhor Presidente da Junta falou, ainda, nas pavimentações e lamentou o facto de Valdigem ficar para a terceira fase das pavimentações.-----

Vou recordar o que foram as três fases de pavimentações. A primeira, em Cambres, na estrada de Riobom; Avenida de Mós, em Ferreirim; estrada de Ribelas, em Lalim; estrada de Souto Côvo, Bom Pastor e Aldeia de São João, em Lamego; Lugar do Barreiro, em Sande; caminho de Santo Aleixo, em Várzea de Abrunhais.-----

Neste pacote temos, ainda, pavimentações na Avenida da Granja, em Ferreirim; no Lugar do Pedregal, em Lamego, por força daquele rebentamento que ocorreu junto ao Seminário Maior de Lamego; e vários arruamentos em Vila Nova de Souto, em D`El Rei, e na estrada 226-1, em Cambres.-----

No lote atual, foi já efetuada a pavimentação da Avenida 2000, aqui em Figueira; do Lugar da Veiga e da estrada da Veiga, em Lalim; da Rua do Mártir São Sebastião e da Rua das Fontainhas, em Lamego e da Rua do Padrão, em Samodães.-----

Temos previsto iniciar, a 15 de julho de 2024, a estrada central de Bigorne; a estrada de Mações e os caminhos agrícolas de Melções, até à Alanhosa e de Melções até Lalim; a Rua adjacente da Goiana, ao Cantudo, o Caminho dos Casais, um troço secundário do Hospital à Rua Nova, a própria Rua Nova e a pavimentação, desde da Rua Nova até à Estrada Nacional 226-2, em Goiana, Alvelos.-----

Em Lazarim, a estrada da Vingada, que teve agora o abastecimento de água, ao fim de tantos anos; em Penude, a Rua da Cardoso e, em Vila Nova de Souto D'El Rei, o Caminho Municipal 1083, desde Quintela a Juvandes.-----

Estes investimentos ascenderam a 1.393.000,00€, que gastámos, desde o início do mandato, sem qualquer apoio de fundos comunitários, porque não estão disponíveis para estas medidas.-----

Mas temos uma lista imensa de necessidades que estão elencadas, mas não vos vou maçar, porque são ainda muito mais do que estas.-----

Temos elencados cerca de 2,6 milhões de euros, para repavimentar outras estradas nas freguesias, algumas em freguesias que já foram intervencionadas, outras nas freguesias não intervencionadas, nomeadamente em Parada do Bispo e Valdigem, e duas das estradas que estão elencadas, são a Rua do Cruzeiro e a Rua de Santo António.-----

Claro que estas são as prioridades do Município, que podem coincidir, ou não, com as da Junta de Freguesia. É uma situação que teremos que articular.-----

Isto significa um esforço brutal, porque digo sempre, é mais fácil fazer uma obra com fundos comunitários de 10 milhões de euros, do que uma obra desta natureza, de 1,5 milhão de euros. Pois se tivermos financiamento de 85%, fazemos a obra de 10 milhões de euros, só temos que pôr 1,5 milhão de euros e temos que fazer, eventualmente, um concurso e gerir uma obra localizada.-----

Neste caso, temos que fazer uma intervenção radical, um pouco por todo o concelho, o que é muito difícil de fazer, que traz sempre pequenos transtornos, sobretudo para se fazer bem e de forma articulada com as Juntas de Freguesia e com as populações.-----

Vamos continuar a fazer este esforço de melhoria das nossas acessibilidades, posto que, se não houver manutenção regular das estradas municipais, e já não estamos a falar dos caminhos agrícolas, como a senhora Presidente de Junta de Figueira também aqui referiu, tudo será mais difícil.-----

Apoiar as Juntas de Freguesia, na manutenção e beneficiação duradoura, dos caminhos agrícolas, que normalmente numa freguesia vinhateira e com inclinações como esta, têm que ser arrançados anualmente antes da vindima, o que acontece também noutras freguesias da margem ribeirinha do Douro.-----

Temos, por isso, toda a disponibilidade para continuar a fazer estes investimentos e outros similares, que também já referi, nomeadamente na área do abastimento de água e do saneamento.-----

Tenho também a listagem do conjunto de intervenções, que foram já realizadas e das que estão previstas, se os senhores deputados municipais tiverem interesse em mais pormenorização sobre essa matéria.-----

Relativamente à extinção do Posto de Saúde de Valdigem, efetivamente, a questão da carência de recursos médicos tem inviabilizado a ida de médicos às freguesias.-----

Enquanto as extensões se mantiverem abertas, e essa é uma decisão do Ministério da Saúde, iremos continuar a defender a manutenção das mesmas e que elas sejam dotadas de médico.-----

Havendo alguma alteração, ela só pode ser feita de uma forma articulada, negociada e discutida entre a ULS - Unidade Local de Saúde, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. Qualquer outra solução será inaceitável para nós.-----

Relativamente às questões suscitadas pelo deputado Pedro Torres, vou-lhe responder, devolvendo a sua pergunta.-----

Convido o senhor deputado Pedro Torres a consultar a lista de processos judiciais, que consta na informação do Presidente da Câmara a esta Assembleia, e a explicar, uma vez que teve intervenção direta nesse caso, o processo da construção de um muro em Cambres, no Lugar dos Varais, feito sem cabimento, sem requisição, sem qualquer procedimento. E que, ainda assim, foi ordenada a sua execução, pelo anterior Presidente de Câmara, ou pelo anterior Vice-Presidente de Câmara, ou provavelmente pelo Secretário da Vereação, e perguntar-lhe se acha normal essa situação.-----

Relativamente às questões complementares, nomeadamente sobre a obra das Ilhas Sombra, na Urbanização do Paraíso, fico muito satisfeito pelo facto do senhor prezar tanto o jardim junto ao seu modesto apartamento, nós também prezamos o seu jardim e o de todos os habitantes daquela urbanização. -----

Efetivamente, a obra demorou muito tempo. A obra não foi feita em todas as condições tecnicamente adequadas, por isso, o empreiteiro foi obrigado a fazer uma nova sementeira, no passado dia 26 de junho de 2024, que será avaliada, no dia 15 de julho de 2024. Posteriormente haverá, ou não, recepção provisória da obra, em função do estado em que estiver a mesma, nomeadamente em relação às sementeiras dos espaços relevados, sem prejuízo de quaisquer outras desconformidades, que ainda se verifiquem, e que posteriormente tenham que ser resolvidas diretamente pelo empreiteiro, ou por recurso à garantia bancária, se houver necessidade.”-----

*Interveio o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: “Começo já por me referir a este último assunto e não deixa de ser curiosa a forma como o senhor Engenheiro Francisco Lopes, nosso Presidente de Câmara, tenta responder, atirando para cima da mesa, uma situação à qual lhe respondo já. No tempo do anterior*

Executivo, o Secretário da Vereação, não dava instruções, nem fazia documentos a dar ordens, ou instruções, sobre o que quer que fosse.-----

Portanto, digo-lhe que esse tipo de acusação esbarra na couraça da minha indiferença, é apenas uma acusação pequena, para tentar ludibriar as pessoas.-----

Estou perfeitamente à vontade, nunca tive qualquer tipo de poder de decisão, nem tomei qualquer decisão em relação a esse assunto concreto que referiu.-----

A pergunta mantém-se, percebo o desconforto. Mas também lhe digo, senhor Presidente, o seu silêncio acaba de nos dar a resposta.-----

Ultimamente, costumo trazer, na parte final do Período Antes da Ordem do Dia, umas novidades. Enquanto estivemos a falar sobre as questões ligadas à saúde, saiu uma notícia de última hora, que está em todos os meios de comunicação social, que refere que Ana Paula Martins, Ministra da Saúde, alegadamente copiou partes de um trabalho, que propôs à Universidade de Lisboa, mais concretamente à Faculdade de Farmácia.-----

Não sei se é verdade, ou não. Aquilo que me preocupa, são, de facto, as questões relacionadas com a saúde, que aqui foram muito bem expressas, parecem ser um problema recorrente, parece que temos uma dificuldade em acertar o passo. Mas pelos vistos, alguém o andava a acertar, no entanto não deixava as referências bibliográficas.-----

Isto é preocupante, porque, provavelmente, quando sairmos daqui, já não teremos Ministra da Saúde e, nesse sentido, iremos andar um passo para trás, em relação àquilo que são necessidades para ontem.-----

A minha real preocupação, é que este tipo de situação atrasa e descredibiliza uma área tão vital como a saúde e, também, na minha opinião, a própria credibilização do Serviço Nacional de Saúde, que muito prezo.”-----

*Interveio o membro **Constantino Vaz** para proferir a seguinte intervenção: “Não percebi o que o senhor Pedro Torres quis dizer com esta última intervenção.-----*

Estamos a discutir assuntos que não têm a ver com a política geral no país. É um princípio que eu, particularmente, e a minha bancada, nunca tivemos em relação ao vosso Governo. O que é do Governo Central é do Governo Central.-----

Mas sobre a questão da Ministra da Saúde, pergunto, que tem isto a ver com o estado da saúde do país, que o anterior governo deixou? O que tem a ver o Serviço Nacional de Saúde com a situação académica da atual Ministra da Saúde?-----

Já tivemos situações semelhantes em governos do PS, e todos nos lembramos imediatamente do Engenheiro José Sócrates.-----

Alguém veio para a Assembleia Municipal, referir estas situações? Não. -----

O senhor está a esquivar-se. O seu verdadeiro problema é a sua dor de cotovelo.-----

O que demonstrou o senhor Presidente da Câmara é que têm sido feitas as obras no concelho, particularmente nas freguesias, que é algo que me dá muito conforto e alegria.-----

Isso é que vos incomoda. Incomoda nunca terem apresentado obras neste concelho, durante o vosso mandato.-----

Nem projetos deixaram. Não se esqueça, o atual Executivo, já investiu 1.700.000,00€ em projetos, é a realidade.-----

Não se esqueça também do projeto do vosso Centro de Saúde, encostado, e agora o novo Centro de Saúde que aí vem, airoso, que vai beneficiar uma zona da nossa cidade, é isso que vos custa aceitar.-----

Pode ter a certeza de uma coisa, senhor deputado, vamos continuar com este princípio. Sempre. Isto é, resolver os problemas das populações, sejam elas urbanas, sejam elas rurais. É este o nosso princípio, sempre foi e continuará a ser. Isto é que faz com que o senhor tenha dor de cotovelo.-----

Interveio o membro **Carlos Loureiro** para proferir a seguinte intervenção: “Cumprimento a senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores e os senhores deputados.”-----

A minha intervenção não se prende com questões políticas, mas sim para fazer duas referências.-----

Uma referência é sobre o jovem ciclista lamecense, Gaspar Gonçalves, pela excelente prestação obtida na recente prova de montanha. Foi uma prova muito dura, ao nível de grandes provas internacionais, na qual teve uma grande prestação.-----

Por isso, congratulamo-nos com o seu desempenho, desejando que a sua evolução seja profícua.-----

A outra referência é para o Futsal Clube de Lamego, pois sagrou-se campeão em dois escalões. No escalão júnior, ganhou a taça da Associação de Futebol de Viseu e a equipa feminina também ganhou uma taça da Associação de Futebol de Viseu.-----

O Futsal Clube de Lamego tem feito um trabalho extraordinário, tem aumentado substancialmente o número de atletas. Agradecemos ao Futsal Clube de Lamego todo o trabalho desenvolvido.-----

Na pessoa do senhor Presidente da Câmara e da senhora Vice-Presidente, Dra. Catarina Ribeiro, agradecemos, também, o grande apoio que têm dado a todas as coletividades, nomeadamente ao Futsal Clube de Lamego.-----

2.1-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2024-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2024, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, dos presentes, havendo seis não votos, por não terem participado na sessão anterior. -----

2.2-ASSUNTO: INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS-----

Interveio a senhora **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer que chegou à Mesa uma informação do membro da Assembleia, senhora Alita Carvalho, relativa à reunião da Assembleia da CIMDouro, a quem convidou a apresentar.-----

Interveio o membro **Alita Carvalho**, que proferiu a seguinte intervenção: *“Em relação à última Assembleia Intermunicipal da CIMDouro, que decorreu no passado dia 6 de maio de 2024, no Auditório Municipal de Carrazeda de Aciãos.-----*

O Presidente da Comunidade Intermunicipal do Douro, recentemente empossado, Luís Reguengo Machado, iniciou a reunião, elucidando os presentes, relativamente ao recente processo eleitoral do Conselho Intermunicipal.-----

No dia 16 de abril, na reunião do Conselho Intermunicipal do Douro, no Centro Interpretativo da Mulher Duriense, em Armamar, foi eleito Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara de Santa Marta de Penaguião, como o novo Presidente da Comunidade Intermunicipal do Douro.-----

Foram também eleitos como Vice-Presidentes, João Gonçalves, Presidente da Câmara de Carrazeda de Aciãos e João Paulo Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Armamar.-----

Esta nova eleição acontece após as saídas de Carlos Silva Santiago e Nuno Gonçalves, eleitos deputados nas últimas eleições legislativas.-----

Luís Reguengo Machado referiu a importância da colaboração entre a Assembleia Intermunicipal e o Conselho Intermunicipal.-----

Ainda na sua intervenção, prestou algumas informações, nomeadamente o encerramento do Pacto de Desenvolvimento de Coesão Territorial 2014/2020 e a Candidatura ITI Douro 2021/2027.-----

No período da ordem do dia, procedeu-se à deliberação sobre o Plano de Atividades para 2024, o Orçamento para 2024, o Mapa de Pessoal para 2024 e a reorganização dos serviços da CIMDouro, tendo estes sido aprovados por unanimidade.-----

Por fim, no último ponto, deliberou-se sobre a prestação de contas do ano 2023, a qual foi igualmente aprovada por unanimidade.”-----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

3.1-ASSUNTO: APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar a seguinte informação acerca da atividade da Câmara e da situação financeira do Município:

“A informação escrita que apresento à Assembleia Municipal está, de facto, repleta de um conjunto muito importante de eventos, de cerimónias, de assinatura de contratos, que são muito relevantes para o funcionamento da autarquia e, sobretudo, para os lamecenses.-----

Quero falar sobre a última reunião da CIMDouro, que decorreu em Alijó, onde foi distribuída a lista de projetos prioritários ao Eixo 2, do Portugal 2030, que será, previsivelmente, o primeiro conjunto de avisos a ser lançado.-----

Nessa lista de projetos, estão projetos na área da Proteção Civil, do ciclo urbano da água, nomeadamente das redes de água e saneamento e da mobilidade.-----

O município tem elencado cerca de 7 milhões de euros de projetos, que deverão ser financiados a uma taxa superior a 50%, uma vez que optámos por apresentar mais projetos e reduzir a taxa de financiamento, ao invés de nos cingirmos aos 85% de financiamento e limitarmos o número de projetos.-----

Ainda assim, não temos a verba suficiente para fazer todas as intervenções que temos planeado na rede de água e saneamento, particularmente na Freguesia da Penajóia, onde temos o maior investimento previsto.-----

É uma situação que estamos a acompanhar com a CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e com a CIM – Comunidade Intermunicipal do Douro e que queremos ver resolvida o mais rapidamente possível.

Referir a visita do senhor Ministro da Educação para a realização de uma reunião no Teatro Ribeiro Conceição com os Agrupamentos de Escolas, que têm centros tecnológicos especializados. A escolha de Lamego decorreu, porque o CTE – Centro Tecnológico Especializado do Agrupamento de Escolas Latino Coelho está no bom caminho, foi dos primeiros a avançar no país e o senhor Ministro, além de fazer a reunião de trabalho com todas as escolas e autarquias, quis visitar o nosso CTE. ---

Apreciamos muito esta capacidade e deixo uma nota de felicitação ao Agrupamento de Escolas Latino Coelho por estar a desenvolver este processo de uma forma muito célere, a colaboração da Câmara Municipal.-----

Tivemos uma reunião no IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, para resolver um pequeno problema, relativo ao processo de construção de habitação a custos controlados na Freguesia de Cambres. Apesar da candidatura de Nazes e de Cambres ter sido submetida em novembro passado, a candidatura de Cambres não aparecia na lista dos projetos aprovados.-----

Houve, efetivamente, um equívoco, que o IHRU se comprometeu a resolver rapidamente, uma vez que já abrimos as propostas do concurso e tivemos apenas uma empresa concorrente, o que demonstra que os preços estipulados para habitação a custos controlados, no PRR, são baixos e têm que ser ajustados à situação atual de mercado.-----

Apesar disso, temos uma proposta, que iremos adjudicar e começar rapidamente a construção a custos controlados em Cambres e, seguidamente, em Nazes. Iremos abrir propostas, previsivelmente no dia 6 de agosto de 2024, espero que com mais concorrentes, para podermos ter também a obra de Nazes em curso, antes do final do ano.-----

Decorreu, ainda, uma reunião do Conselho de Administração da Resinorte, em Bigorne. Podemos visitar a nova célula do Aterro Sanitário, que está em construção e que está praticamente pronta, e foram discutidas as implicações desta ampliação, nomeadamente o impacto da falta de locais de deposição que a Resinorte tem, em todo o território.-----

Falamos também do PERSU 2030 - O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos e das metas irrealistas, que foram aceites pelo Estado português e que estão a ser impostas aos Municípios e aos sistemas.-----

Para terem noção, o PERSU 2030 prevê que, em 2030, só 10% do lixo recolhido poderá ser depositado em aterro. Todo o remanescente terá que ser, ou reciclado, ou será lixo orgânico, que será transformado em composto e será reintroduzido na natureza.-----

Para a Resinorte, significa a realização de investimentos na ordem dos 200 milhões de euros e a multiplicação da tarifa de 5€ para 400€, por tonelada, ou seja, todos os dias, cada camião de lixo que se enche, custará ao Município 400€ por tonelada, o que é um valor absolutamente inabarcável, porque se for transferido para as tarifas que cobramos aos munícipes, irá representar, nas contas de cada família, muito mais do que o valor da água, do saneamento e, provavelmente, até muito mais do que o valor da electricidade.-----

Por isso, urge que o Governo negocie novas metas, com Bruxelas, ou obrigue as entidades ambientais, nomeadamente a APA - Agência Portuguesa do Ambiente e a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a encontrarem soluções realistas, soluções exequíveis para esta questão dos resíduos.-----

Uma das soluções passará, naturalmente, por aumentar, à taxa nacional, a incineração e fazer com que, de uma forma mais económica, se reduza a capacidade de deposição em aterro, que se torna necessária, ou o custo da reciclagem.-----

Relativamente aos eventos, destaco o encerramento do encontro literário “Lamego Cidade Poema”, um evento cultural de grande importância e a apresentação do livro do Engenheiro Manuel Sengo.-----

Decorreu, ainda, a Feira do Livro, um evento que não realizávamos há vários anos. Este ano teve lugar no Parque Isidoro Guedes, um espaço na parte alta da cidade, que precisa de dinamização e que correu muito bem, apesar do mau tempo que se fez sentir nesses dias.-----

Sobre o Parque da Saúde, informo que, finalmente, assinámos o contrato de financiamento com o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência.-----

Já tínhamos procedido a abertura de concurso, em reunião de Câmara, mesmo antes do contrato de financiamento, mas agora temos a situação realizada.-----

Na próxima semana iremos lançar o concurso e esperar que possamos ter muitas empresas a concorrer para fazermos uma boa adjudicação, num projeto de 10 milhões

de euros, que será muito importante para o concelho e que será também estruturante, na área de intervenção, na qual vai ser construído.-----

Decorreu, ainda, uma reunião com o Secretário de Estado da Defesa Nacional. Esta reunião teve como objetivo avaliar o processo de concentração do CTOE – Centro de Tropas e Operações Especiais, em Santa Cruz e em Penude, e a consequente desativação do Quartel da Cruz Alta. Transmitimos ao senhor Ministro a disponibilidade do Município em adquirir imóveis devolutos do Exército, nomeadamente o antigo Paiol e também, parcialmente, a Cruz Alta, porque aquela área não é útil para o Município, mas pusemos como condição que o dinheiro realizado por via dessas aquisições seja, efetivamente, investido em Lamego, no Quartel de Penude, na reinstalação do CTOE e que não vá perder-se no Ministério das Finanças, como acontece sempre.-----

Tivemos mais eventos, como a Exposição Canina, o Jantar da Liga Portuguesa contra o Cancro.-----

Pusemos em curso o processo de manutenção das Estações de Tratamento de Águas Residuais. Algumas estações não tinham manutenção há muitos anos. Há algumas que não cumprem, no efluente, os critérios ambientais se não forem mantidas com regularidade e temos que ter esse cuidado. Estamos a tê-lo, através da contratualização com uma empresa que está a assegurar essa manutenção.-----

Celebramos também o aniversário da CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e decorreu, ainda, mais uma edição da Feira Medieval.-----

Neste período, houve a reunião regular da CIMDouro, bem como o encontro distrital de freguesias, que decorreu no auditório do Pavilhão Multiusos, onde pudemos participar numa discussão, muito interessante, sobre as competências das freguesias e sobre as alterações legislativas, que se tornam necessárias para tornar as freguesias ainda mais eficientes e mais próximas dos cidadãos.-----

Na Freguesia de Britiande, celebramos também o Dia da Freguesia e prestamos uma homenagem aos ex-combatentes.-----

Decorreu mais uma edição do Bombeirinho de Ferro e inaugurámos o Parque Pedonal do Bairro da Ponte, um equipamento de grande interesse para o Bairro da Ponte e para a cidade de Lamego, em particular, mas para todo o concelho, na generalidade. A referida inauguração contou a presença do senhor Secretário de Estado do Ambiente, Dr. Emídio Sousa.-----

Destaco, ainda, o encerramento do projeto “Jovem Autarca”, que foi promovido pela Assembleia Municipal e cujas provas de apuramento final decorreram no Salão Nobre. Efetuámos a manutenção dos contentores subterrâneos da recolha de resíduos, que era uma necessidade verificada há muito tempo, quer na parte exterior, porque afeta o aspeto estético dos contentores, quer na parte funcional, para que estejam sempre disponíveis e possam ser facilmente operados pela empresa de recolha.-----

Decorreu mais uma fase de pavimentações, que já referi, bem como a conclusão das obras de saneamento e melhoria do abastecimento de água, particularmente em Mazes, em Parada do Bispo, aqui, em Figueira, na Vingada e em Lazarim.-----

Alguns depósitos de água não tinham manutenção talvez há 20 anos, ou mais, e portanto estamos a fazer a manutenção interna com higienização externa, com pinturas e manutenção de vedações.-----

Realizou-se, em Lamego, pelo segundo ano consecutivo, a mais antiga competição nacional de cozinha para profissionais, a final do “Concurso Chefe do Ano”, e o lamecense, João Costa, obteve um honroso segundo lugar. Proveito para o felicitar, pois é um jovem que certamente terá um grande futuro, na área da restauração.-----

Decorreu também o encontro da Confraria Gastronómica de Lamego, que reuniu cerca de setenta confrarias enogastronómicas e juntou mais de 250 pessoas no Teatro Ribeiro Conceição, numa missa, na Igreja de São Francisco e depois num almoço de confraternização. Gostei muito do evento, primeiro porque é uma confraria de Lamego que recebe e fê-lo dignamente, estão de parabéns por isso, segundo, porque a enogastronomia é um setor fundamental para o Douro, pois associa ao nosso setor principal que, é a viticultura e o vinho, ao nosso setor emergente, e em grande crescimento, que é o turismo.-----

Realizou-se, ainda, inauguração do Parque Urbano, que contou com a presença do Secretário de Estado das Autarquias Locais, Dr. Hernâni Dias, e mais uma edição da Feira de Santa Cruz.-----

Saudamos também a nomeação do novo comandante do CTOE, o coronel Paulo Roxo, um lamecense a quem desejamos o maior sucesso, não apenas no seu comando do CTOE, mas sobretudo na continuação da sua carreira militar. Aproveito para salientar que hoje é o encerramento do curso do CTOE, no qual o senhor Vereador José Pinto está presente, em minha representação e, como tal, estará ausente nesta sessão da Assembleia Municipal.-----

Estamos a desenvolver um projeto piloto de recolha de biorresíduos, que está a correr muito bem. No entanto, o facto do projeto piloto correr bem, não significa que estende-lo a toda a população do concelho e às diversas geografias que temos, venha a decorrer no futuro, sem que tenha custos substanciais, que tenhamos que imputar aos consumidores. Mas para já, é uma boa notícia, o projeto piloto correu bem, vamos alargá-lo e, por passos sucessivos, vamos tentar cumprir as metas que nos estão impostas em termos de recolha de biorresíduos.-----

Finalmente, destaco o encerramento da 15ª edição do Projeto Sénior +Ativo.-----

Esta era a informação que tinha para vos transmitir e que está escrita. Fico à disposição dos senhores deputados municipais para qualquer outro esclarecimento.”

Interveio o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: “Queria aproveitar, antes de mais, para salientar a referência, feita há pouco, pelo senhor

Presidente da Câmara, relativamente à nomeação do Dr. António Costa como Presidente do Conselho Europeu.-----

De facto, creio que é a pessoa certa, para o lugar certo, apesar das diferenças ideológicas e partidárias. É positivo quando colocamos valores superiores à frente de algumas diferenças, que nos possam afastar.-----

Relembro que em 2010, se não me falha a memória, José Sócrates, enquanto governante, teve exatamente a mesma postura em relação a Durão Barroso, mesmo sendo de outra cor política.-----

Sejamos honestos, mesmo com o que nos distinguia de Durão Barroso, acho que cumpriu bem a sua missão, pelo menos no primeiro mandato, pois o segundo foi muito mais atribulado, fruto de outras circunstâncias e de uma grave crise económica, que se instalou em todo o mundo. -----

É de louvar que nestes momentos nos unamos em torno de uma pessoa ligada a um quadrante político, uma vez que foi tão fustigada, durante vários debates políticos e partidários.-----

Respondendo ao senhor deputado Constantino Vaz, digo-lhe que, nesta casa, ao contrário do que afirmou, o Dr. António Costa era constantemente posto em causa, quer pela sua capacidade, ou pela incapacidade de governar o país, no vosso ponto de vista. Provavelmente, não servia para governar o país, mas poderá servir para coordenar cerca de 500 milhões de pessoas. É bom saber.-----

Senhor Presidente da Câmara, quando na última sessão da Assembleia Municipal, me referi ao processo judicial que opõe a Câmara à empresa MIT Lda., salientei o facto de não estar explícito, na referida informação, o nome do mandatário judicial que estaria a representar o município no referido processo. Se bem se lembra, garantiu-me que isso ficaria resolvido. -----

No entanto, ainda não está resolvido, pois continuamos sem saber o nome do advogado, sendo que o processo já decorre e tem uma nova sessão agendada.-----

Tenho, ainda, outro pedido de esclarecimento para fazer, desta vez, em relação ao processo da Lameurbe. Sei que hoje vai anunciar a fase de adjudicação para o projeto do estacionamento, lá chegaremos. Mas, concretamente em relação ao processo da Lameurbe, ao concurso de concessão e estacionamento tarifado, está escrito na descrição e cito: “audiência e discussão e julgamento realizado em 15 de fevereiro de 2024.”

Parto do pressuposto que, mesmo sendo uma decisão de primeira instância, estranho que esta informação esteja desatualizada cerca de quatro meses. Não sei se houve, entretanto, mais desenvolvimentos, porque o que consta atualmente, é exatamente o mesmo que constava em datas anteriores.-----

Por fim, em relação ao processo que envolve o senhor Presidente da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, referente à exoneração do seu lugar, enquanto Secretário da Vereação, segundo o que aqui está escrito, partimos do pressuposto que seja verdade, em primeira instância, o Município de Lamego não terá

tido razão. Honestamente, penso que poderiam estar em condições de chegar a um acordo, que não penalize muito o Município e que vá de encontro àquilo que são as pretensões do nosso colega, António Rodrigues, obviamente, dada a afinidade que vos une ultimamente.”-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção: *“Quando se constituem Executivos Camarários deve haver a preocupação de atribuir competências aos melhores apesar das idiossincrasias de cada um. O Executivo bem formado e informado é o motor do sucesso. Neste contexto, Lamego não é exemplo a seguir.”-----*

Aprovam-se projetos, porque sim e não se questiona a sua relevância. A postura de avestruz poderá servir alguém, mas não beneficia Lamego.”-----

Sejamos formigas laboriosas e não cigarras cantadeiras e preguiçosas.”-----

Interveio o membro **Constantino Vaz** para proferir a seguinte intervenção: *“Quanto à última intervenção do senhor Pedro Torres, quero afirmar o seguinte: continuo a dizer, que nunca trouxe, para esta Assembleia, questões de política nacional. Apenas nos focávamos na política nacional, quando esta tinha relação direta com os interesses do Município. -----*

Relembro o senhor Pedro Torres que, num dos dois últimos dois mandatos, que estive na Assembleia Municipal, o Governo era do meu partido e quantas vezes fomos nós a apresentar moções, em defesa dos interesses do concelho, e que o Partido Socialista também apoiava, sempre neste contexto e não de uma política, em geral.”-----

Quanto ao Dr. António Costa, apoiamos, apoio e congratulo-me com esse facto, mas nunca disse que foi um bom governante.”-----

Interveio o membro **Paulo Barradas** que começou por cumprimentar a senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e o senhor secretário, o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, os deputados municipais e todo o público presente.-----

Em seguida, proferiu a seguinte intervenção: *“As minhas primeiras palavras são para a senhora Presidente, é um gosto ser presidido por si. O Dr. Ricardo Morgado pode ficar descansado, pois a Dra. Marisa Nunes não desmerece na função.”-----*

Agradeço também à Presidente da Junta de Freguesia de Figueira, Teresa Fonseca, pela maneira como nos recebe.”-----

Senhor Presidente, a minha intervenção vem à boleia da Feira Medieval e à boleia de D. Afonso Henriques, da sua memória e das cortes de Lamego.”-----

Como todos os lamecenses, subi ao Castelo nesses dias e partilho com vocês a profunda decepção que senti, relativamente aos equipamentos do Castelo.”-----

Neste momento, todos os meios estão praticamente degradados. A Cisterna mantém a configuração que tinha, a Torre de Menagem não tem nada para ver, aliás percebia-se a decepção, no rosto dos visitantes.”-----

Posso já antecipar as suas respostas, dir-me-á que, quando tomou posse, algumas dessas situações já existiam. Sim é verdade. Em termos de equipamentos, alguns não estavam funcionais, mas hoje, não está nenhum.-----

Dir-me-á, também, que a Cisterna está hoje conforme estava, quando chegou ao Executivo. É verdade, mas julgo saber que vocês quiseram ganhar as eleições para fazer melhor, independentemente de concordar, que durante o tempo em que fui responsável por esses equipamentos, não consegui, também junto da tutela que me presidia, alterar, por exemplo, a questão da Cisterna, que, no meu ponto de vista, é o caso mais gritante.-----

Se o senhor Presidente puder, ou mandar alguém, assistir às visitas à Cisterna, perceberá certamente, o desencanto dos turistas, que não entendem a solução museológica que ainda ali permanece. Digo, pela enésima vez, que tudo aquilo que ali está, poderia fazer algum sentido, se a Cisterna de Lamego, fosse uma seca, mas não é. A sua particularidade é, apenas e tão só, o manto de água, que ela pode guardar no inverno. É disso que os turistas vêm à procura e é isso que a torna particularíssima, há apenas uma outra no país. Sei, ainda, que têm encomendado um estudo para os equipamentos do Castelo, à Faculdade de Letras do Porto.-----

Não falaria disso, se não tivessem passado três anos. Três anos, é muito tempo e, no próximo ano vai haver eleições. Não sei se isso vai ser motivo de novas promessas.

Penso que talvez seja tempo de olhar a sério para a questão do património, até porque daqui a pouco, vamos discutir um projeto regulamento para os equipamentos culturais e virei novamente dar a minha opinião.-----

Há um equipamento no Castelo, que é a Galeria de Arte do Solar da Porta dos Figos, assim a deixamos designada, que desapareceu completamente.-----

Para que se perceba bem qual foi a ideia da criação dessa galeria, ela não foi tirada do bolso à toa. Foi tirada da reflexão e do estudo. Foi tirada do estudo comparativo, do estudo com outras instituições similares.-----

A Galeria de Arte do Solar da Porta dos Figos surgiu como uma oportunidade de criar um espaço diferenciado no Castelo de Lamego. Por isso, trazer para ali a arte contemporânea pareceu-nos uma solução muito interessante, na medida em que, a diferença entre o património cultural e as novas maneiras de fazer arte, nomeadamente, a pintura e escultura e outras oficinas de artes representativas, podiam criar ali uma certa dinâmica, que de facto criaram.-----

Durante o tempo que ali estivemos, sustentámos exposições contínuas, desde que a galeria abriu. Só para terem uma ideia, no ano de 2019, visitaram a galeria 14 mil pessoas. -----

Nesse ano, também as turmas de artes, da Escola Secundária Latino Coelho, fizeram ali oficinas, demos aulas aos alunos do Agrupamento de Escolas Latino Coelho e do Agrupamento de Escolas da Sé, movimentámos projetos de interesse artístico e

também de interesse literário, portanto, entendíamos que, a Galeria de Arte do Solar da Porta dos Figos, era uma aposta ganha.-----

Estava, ainda subjacente, outra finalidade, promover os artistas de Lamego. Aliás, sempre se procurou esse equilíbrio, entre aquilo que seriam os artistas convidados e os artistas de Lamego. Isto para que os artistas de Lamego percebessem que tinham ali um espaço de referência e ao mesmo tempo pudessem crescer, com a parceria de outros artistas de fora.-----

O último objetivo para a galeria, era transformá-la, numa espécie de galeria de charme, onde nenhum pintor consagrado quisesse deixar de expor, era a cereja no topo de bolo. Por esse motivo é que contactamos a Fundação de Serralves, ou seja, o que queríamos, não era que a Fundação de Serralves viesse, como vem hoje, fazer uma exposição anual. O que queríamos, era criar um outro tipo de parceria, que nos permitisse chegar a outras galerias, a outros museus e a partir daí, realmente, transformar a Galeria do Castelo de Lamego, numa galeria de referência nacional.--

O trabalho foi árduo, foi difícil. No início foi muito difícil, aliás é sempre difícil, mas digo com orgulho que, se no primeiro e segundo ano, de existência da galeria, nós procurámos os artistas, posteriormente, já eram os artistas que nos vinham pedir para expor na Galeria de Arte do Solar da Porta dos Figos.-----

Neste momento, a galeria é um espaço morto, a não ser no momento, em que a Fundação de Serralves vem fazer uma amostra de pintura, ou de outro tipo de arte representativa, a qual, é visitada, e posso dizê-lo, por um número diminuto de visitantes. O momento da inauguração, talvez seja o momento em que há mais gente nas exposições da Fundação de Serralves.-----

Portanto, daquilo que leio no Projeto de Regulamento, vocês deram um passo atrás, porque voltaram a fundir a galeria com a Casa do Artista.-----

A ideia da Casa do Artista é um conceito tão largo, que não define absolutamente nada em concreto. A Casa do Artista é tudo, mas nada, ao mesmo tempo. A ideia que tivemos, de separar a residência, da galeria, foi precisamente para dar vida própria a dois espaços, que poderiam ter vocações e atividades diferentes, ainda que, em determinados momentos, elas tenham, necessariamente, que confluir.-----

O resultado desta ideia, de voltarem a fundir as duas, está à vista. Esse espaço, que a meu ver, era muito interessante, desapareceu completamente, a não ser esporadicamente quando há uma exposição, mas é uma exposição que parte da iniciativa de quem quer expor, não é uma exposição que sai da estrutura organizativa do Pelouro da Cultura.-----

O Pelouro da Cultura não tem, por ano, uma calendarização, uma planificação para aquele espaço.-----

Não é suficiente ter apenas a intenção e estar aberto a sugestões, é preciso procurá-las, é preciso ter um papel proactivo.-----

Creio que o Bairro do Castelo está hoje muito mais pobre. Está muito mais pobre, porque não há quem se encante, só há quem se desencante com ele, não há quem se surpreenda com ele, só há quem encontre portas fechadas. Não há quem queira voltar, só há quem já tenha visto.-----

Termino a minha intervenção, perguntando ao senhor Presidente, o que é que pensa fazer? Se é que há alguma coisa pensada. Vai dizer-me que sim, espero que seja verdade. O que é que pensa fazer com o tesouro monetário que se encontrou nas escavações do Núcleo Arqueológico?-----

É sabido que este tesouro monetário está nas mãos do professor Rui Centeno, na Faculdade de Letras do Porto, para estudo. Creio saber que há até uma Tese de Doutoramento sobre este tesouro.-----

Disseram-me, há dias, que a Câmara Municipal desistiu desse espólio arqueológico. Não quero crer que isso seja verdade, espero que nos esclareça sobre isso.-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte intervenção: *“Procurarei responder rapidamente às questões que foram aqui colocadas, começando pelas questões do deputado Pedro Torres.*-----

Julgo que fez aí alguma confusão entre a nomeação Dr. Durão Barroso para a Comissão Europeia, em 2004, com a sua reeleição e, eventualmente, com Tratado de Lisboa, que ficou célebre por aquela expressão “Porreiro, pá”, quando foi alcançado o acordo. Houve, de facto, uma boa colaboração entre o Governo e a Comissão Europeia, e o então Presidente da Comissão Europeia.-----

Em relação ao processo da empresa MIT Lda., de facto, há um lapso, pois devia referido que o advogado em questão é o Dr. Rafael Rodrigues, uma vez que o advogado inicialmente designado, renunciou ao mandato.-----

Já foi feito o acordo, suponho que o acordo já foi homologado, se ainda não foi, será por esse motivo que o processo se mantém pendente e não está dado como concluído. O acordo consistiu em assumir que o trabalho que a empresa MIT Lda. fez, até à altura em que teve ordem de suspensão do trabalho, estava pago e não tinha nenhum valor a receber, nem a devolver, e, nesse sentido, o que não tinha sido executado, não iria ser executado e portanto não iria ser pago, não podendo a empresa pedir qualquer valor indemnizatório por isso.-----

Em relação ao processo da Lameurbe, efetivamente, houve discussão e julgamento.

Não estive presente, não sei como decorreu a sessão, mas sei que ainda não houve sentença, razão pela qual, o processo está nessa situação.-----

Em relação ao processo movido pelo Presidente da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções, contra a Câmara Municipal de Lamego pela demissão de que foi alvo, em 2017, das funções de Secretário da Vereação, efetivamente o Tribunal, em primeira instância, não deu razão ao Município, a meu ver, mal.-----

Recorremos e já disse ao senhor Presidente da União de Freguesias que não tenciono pagar absolutamente nada, Independentemente da afinidade, independentemente de ser um Presidente de Junta do meu partido.-----

Quando proferi o despacho da destituição das funções, estava convicto, e estou convicto, que o fiz legalmente, no exercício dos poderes que tenho. Não posso conceber que o Presidente da Câmara tenha competência para nomear e não tenha competência para exonerar um Secretário de Vereação.-----

Independentemente do que sejam os seus comportamentos, isso é uma situação que se a lei admite, a lei está profundamente errada.-----

Se a lei não admite, então a decisão que eu tomei foi a correta e, sendo a correta, não há qualquer indemnização a pagar. Muito menos daquilo que é requerido, que são os salários até ao final do mandato, sem ter prestado serviço ao Município. Já disse ao senhor Presidente da Junta que ele devia simplesmente ter desistido do processo, porque não tem direito, nem legalmente nem moralmente, a esse dinheiro.-----

Disse-lhe isto mesmo com a afinidade, com a amizade e com proximidade política e pessoal que temos. As coisas são o que são e não prescindirei do meu entendimento.

Relativamente ao processo que o senhor deputado Pedro Torres não questionou, o da injunção da empresa Lameconstroi, para receber o pagamento relativo a um muro, que executou no verão de 2021, antes das eleições autárquicas, no Lugar dos Varais. O que aconteceu, neste caso, foi que a Câmara fez o procedimento. Posteriormente, foi alertada de que o empreiteiro já tinha executado obras anteriores e que não lhe poderia ser adjudicada a obra em causa. Perante isto, o Presidente da Câmara, à época, revogou a decisão de contratar e anulou o procedimento.-----

Mesmo assim, ordenou que a obra fosse feita, foi feito o procedimento, mas o procedimento foi anulado e a obra foi ordenada e feita, sem qualquer procedimento. Foi isto que aconteceu, se isto não é grave, não sei o que será grave. Talvez possa ser grave a realização de um processo, que também está aí referido, contra a empresa RCB – Arquitectura e Gestão de Projetos, Lda., para que o Município seja ressarcido de pagamentos que foram feitos, sem serem prestados os serviços correspondentes.

Ou talvez seja grave, o facto do Município ter pago 900 mil euros à Transdev, depois da recusa do Tribunal de Contas, depois da recusa de visto e do recurso do Município. Depois da prestação de serviços concluída, o Município desiste do recurso e paga integralmente a prestação de serviços, ou seja, andou a brincar com o Tribunal de Contas.-----

A seguir, anula o concurso, declara a nulidade do mesmo, ou seja, temos 900 mil euros pagos a uma empresa, mediante um concurso ilegal, tão ilegal e assumidamente ilegal pelo anterior Executivo, que decidiu declarar a nulidade do contrato, portanto não há contrato e houve pagamento.-----

Ou então podemos, ainda, falar dos muros do Parque Urbano, cuja execução foi ordenada no verão de 2021, mais uma vez, em cima das eleições autárquicas e que

não tinham cabimento. Não havia cabimento, não houve procedimento, não houve contrato, nem contrato autónomo, nem contrato adicional à obra do Parque Urbano. O que aconteceu foi que os muros foram construídos e têm que ser pagos e para tal está um processo judicial a decorrer.-----

Ou, então, podíamos falar, ainda, dos pagamentos à empresa Águas do Norte, ou melhor, do não pagamento, durante mais de um ano e meio, o que levou a acumular uma dívida de 2.340.000,00€, que foram dissipados, que desapareceram, que ninguém sabe onde foram gastos. Esses 2.340.000,00€ foram para quê?-----

Há pouco discriminei 1.400.000,00€ de pavimentações, rua a rua. Tenho aqui ainda: redes de água e saneamento em Britiande; expansão na Rua de Moitós, Rua da Pires, Travessa da Pires; rede de saneamento em Pousada; abastecimento de água a Valdigem, a partir do depósito dos Vales; execução de drenagem no Lugar da Pisca em Balsemão; rede de água nos Caseirinhos; expansão da rede não tratada ao Quartel dos Bombeiros; alteração do coletor de saneamento no Bairro da Ponte, para separar saneamento e águas pluviais; expansão da rede rega, rega de água bruta à Urbanização do Paraíso, Encosta do Sol e Franzia; reforço do abastecimento de água a Mazes; rede de água, pela primeira vez, para o lugar da Vingada; ligação da rede de água ao novo depósito de Bigorne e supressão do velho; reforço do abastecimento de água a Parada do Bispo.-----

Estas obras têm custos e estes custos estão aqui discriminados. Como é que o Município cria uma dívida à empresa Águas do Norte e o dinheiro que recebeu dos munícipes, 2.340.000,00€, gastou-os, sem se saber onde, em quê? Em que obras concretas? Em que despesas concretas? Ninguém sabe.-----

E o que é que aconteceu com essa dívida? Foi objeto de um acordo de pagamento, a 15 anos, posteriormente, foi feita uma sessão do crédito ao Banco Europeu de Investimento e, neste momento, a Câmara de Lamego tem um empréstimo ao BEI, que terá que pagar durante os próximos 15 anos. Vai terminar de pagar muito depois de terminar o empréstimo do Pavilhão Multiusos.-----

Ou seja, a água que foi consumida em 2018, que foi paga pelos munícipes, que foi para o esgoto, vai ser paga, novamente, pelos munícipes e por todos nós, pelos impostos municipais, para além do final dos termos do prazo de empréstimo do Pavilhão multiusos. Isto é racional? Isto faz algum sentido?-----

Ainda se dissessem que o dinheiro foi muito bem utilizado, que fizeram obras, que fizeram projetos, que fizeram algo que seja útil e estruturante para o concelho. Não, o que fizeram foi um empréstimo encapotado, um empréstimo ilegal, ainda há poucos dias o Tribunal de Contas recusou o visto a um empréstimo, só porque tinha uma conta, digamos, caucionada, onde o Município tinha que pagar vários meses da prestação.-----

O Tribunal de Contas, por entender, e bem, que essa imposição, essa obrigação era ilegal, recusou o visto.-----

Neste empréstimo encapotado, houve descativação de verbas, decorrentes do fornecimento de água e do pagamento à empresa Águas do Norte, houve criação de dívida, de forma propositada, voluntária e ilegal, houve a realização do acordo de pagamento, com esta cláusula da conta bancária com seis meses de prestação, que seria ilegal, se fosse um empréstimo, sendo o acordo de pagamento é legal e, no fim, temos um empréstimo com um fim, que ninguém conhece.-----

Vão à lista dos empréstimos e todos os empréstimos que a Câmara de Lamego contraiu até hoje, têm um objeto, até mesmo, por exemplo, o reequilíbrio financeiro, pois está subjacente àquele objeto uma lista de faturas que foram verificadas pela DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, pela IGF - Inspeção-Geral das Finanças e pelo Tribunal de Contas. Neste caso, temos um empréstimo de 2.340.000,00€, que ninguém sabe onde foram gastos.-----

Mas podemos continuar, podemos falar dos concursos de transportes, em que foi feito um concurso público urgente com uma adjudicação de 169.000,00€ e que depois foi renovado, automaticamente, umas seis ou sete vezes, ultrapassando o limiar do concurso público internacional e ultrapassando o montante, que por lei, está sujeito a visto do Tribunal de Contas.-----

O Tribunal de Contas pode até ter entendido que devia ser compreensivo e complacente com estas situações, mas politicamente, não sou. Como tal, não deixo de dizer aos senhores deputados do Partido Socialista e aos senhores Vereadores do Partido Socialista, que estamos aqui para continuar a questionar tudo aquilo que foi feito erradamente, em termos de gestão, e ilegalmente, em termos de procedimento, pelo anterior Executivo.-----

O senhor deputado Paulo Barradas está preocupado com os equipamentos culturais, também estou. Gostaria de ter os equipamentos culturais impecáveis, quer na estrutura física, quer no projeto museológico, estamos de acordo, ambos comungamos dessa preocupação e ambos sabemos que é preciso mudar algo para que isso aconteça.-----

Contudo, não posso estar de acordo sobre a questão de que a situação é calamitosa, pois, na minha opinião, a situação não é calamitosa. A Galeria de Arte do Solar da Porta dos Figos teve, no ano passado, cinco exposições e 6.500 visitantes, dos quais 1.300 estiveram na exposição da Fundação de Serralves. No entanto, não chegamos aos 14.000 visitantes, que referiu. Felicito-o por isso, terá sido, de facto, um ano extraordinário em que tal aconteceu.-----

Mas tivemos mais de 90.000 visitantes nos nossos equipamentos culturais e 6.500 na Galeria de Arte do Solar da Porta dos Figos. Penso que não é um número que nos envergonhe.-----

Digo-lhe também que não vamos desistir do tesouro municipal, que resultou das escavações que oportunamente fizemos, quando o Bairro do Castelo ainda não

existia, em termos de apelativo turístico, e começámos a preparar os projetos do Viver Lamego. Não vamos desistir.-----

Não vamos desistir também de consolidar o bairro, nomeadamente através do estudo que referiu, que encomendamos à Faculdade de Engenharia, para a consolidação da Muralha Norte, que está em risco de ruir e que nos causa preocupação, não apenas pela perda de património, mas também pela questão da segurança de pessoas e bens.-----

Gostaríamos de desenvolver o projeto, no sentido de fechar o Caminho da Ronda, pela parte exterior da muralha, desde a sede dos Escoteiros Grupo 49, até à Porta do Sol. Este é o projeto, mas, como sabe, os projetos demoram muito tempo.-----

Sabe porque é que os projetos demoram muito tempo? Em quatro anos, o Partido Socialista não fez nenhum projeto, se consultarem o portal digital base.gov e procurarem por adjudicação de projetos, elaboração de projetos, não encontrarão nada.-----

Desde o início do mandato, já desenvolvemos o projeto de Reabilitação do Espaço Público do Bairro de Nazes, que teve que ser alterado por força de não podermos entrar, na altura, no terreno da Santa Casa da Misericórdia de Lamego; a Reabilitação do Edifício para Residência de Estudantes, está hoje em obra; a Elaboração do Saneamento da Penajóia, um projeto muito complicado que tenciono apresentar na sessão da Assembleia Municipal, a realizar em setembro; a Reabilitação do Espaço Público do Jardim da República e da Praça do Comércio, que estão a ser objeto de modulação 3D, para poderem ser apresentados à Assembleia Municipal e publicamente, para discussão; o projeto de Reabilitação do primeiro piso do Mercado para instalação do Polo II, da ESTGL – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, que será apresentado também nesta Assembleia Municipal; o Projeto de Reabilitação do Museu de Lamego, segunda fase; o Projeto de Reabilitação Urbana das Ruas do Centro Histórico a Sul da Sé, com a inclusão de um parque de estacionamento no terreno da Santa Casa da Misericórdia de Lamego; o Projeto de Reabilitação da escola EB 2,3 de Lamego e da Escola Secundária da Sé, que estão em revisão de projeto e serão lançados a concurso muito proximamente; o Projeto da Nova Unidade de Saúde de Lamego; o Projeto de Reabilitação da Avenida das Acácias e da ligação da Calçada da Guerra à Franzia e ao Relógio de Sol; a Requalificação da antiga Escola de Sande para Albergue; a Reabilitação de Casas, na Ponte de Pau, para Habitação a Custos Controlados; a Reabilitação do Antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários para Habitação a Custos Controlados; a Reabilitação de uma fração de habitação unifamiliar em Nazes, para Habitação a Custos Controlados. Recordo que este projeto, bem como a antiga cantina, estavam elencados para serem reabilitados no âmbito do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, e não o foram, por decisão do anterior Executivo.-----

Temos, ainda, a Reconstrução de um edifício destinado à habitação bifamiliar; duas habitações em S. Gens, projeto que já está adjudicado; a Conceção e Construção da Habitação a Custos Controlados em Nazes; Conceção e Construção da Habitação a Custos Controlados em Cambres; projeto para a Habitação a Custos Controlados em Cambres; a Reabilitação do edifício da PSP; a Requalificação do Parque de Estacionamento e do Largo do Mercado, incluído no projeto Bairros Comerciais Digitais, que apresentarei na parte final desta Assembleia Municipal.-----

A Reabilitação das Habitações Geminadas da Rua Engenheiro Álvaro Moreira da Fonseca, antigo Ministério da Agricultura, para Habitação a Custos Controlados; a Requalificação do Edifício Esqueleto, de Valdigem e os respectivos arranjos exteriores, que está em fase final de execução; o Projeto de dois sublanços da Circular de Lamego e o novo arruamento entre o Centro de Saúde e PSP, pela parte posterior; a Reabilitação da Estrada Nacional 226-1, a Rua Central de Cambres e a adaptação do edifício, que está junto ao Campo de Futebol de Cambres, para Centro Cívico; a Requalificação da Rua Central do Portelo; a alteração ao Projeto da Rua Macário de Castro, pois, como sabem, deixámos um projeto, que o anterior Executivo não quis executar, na Rua Cardoso Avelino e na Rua Macário de Castro. Vamos retomá-lo e, provavelmente, até lhe vamos dar prioridade, relativamente a outros projetos, nomeadamente o Praça do Comércio e o Jardim da República.-----

Continuando a elencar os projetos, faremos também a Elaboração do Estudo de Valorização e Requalificação do Santuário e da Mata da Senhora dos Remédios; a Requalificação Urbana da Rua Direita; Arranjo Urbanístico do Largo do Ribeiro e Criação de um Espaço Polivalente para a realização de eventos, em Britiande; A Reabilitação do Edifício de Apoio a vários equipamentos existentes no Bairro do Castelo.-----

Gastámos, em toda esta lista de projetos, que já estão pagos, 1.678.211,00€. Destes, 1.700.000,00€, sem qualquer apoio comunitário, ou seja, adjudicámos e pagámos.---

Quando estas obras forem realizadas, o projeto será uma despesa ilegível e iremos receber os 85% desta verba, realimentando, assim, um conjunto de outros investimentos que estamos a fazer.-----

Fazemos muitos projetos, fazemos bons projetos, fazemos projetos com muito custo e sacrifício, mas fazemos.-----

No entanto, não conseguimos fazer tudo aquilo que queríamos e no prazo curto que queríamos. Se pudéssemos fazer tudo aquilo que é necessário, antes das próximas eleições, pode crer que faríamos, ainda que isso tivesse alguns custos financeiros e até custos políticos, ou de outra natureza, mas não é possível, não é humanamente possível fazer mais.-----

Sobre a questão que colocou, está prevista uma Requalificação dos Equipamentos Culturais, nomeadamente dos equipamentos culturais do Bairro do Castelo, uma

renovação do projeto museológico e está já preparado um concurso público, para esse efeito, que irá sair muito proximamente.-----

Se tiver curiosidade em conhecer o projeto, o Chefe de Divisão da Cultura e Património, Dr. Fernando Ribeiro, estará ao seu dispor para o apresentar.-----

Não farei publicamente uma descrição pormenorizada, mas são projetos que, obviamente, irão valorizar o património importantíssimo, que temos ao nosso dispor. Temos a obrigação de o preservar e temos a necessidade de o potenciar, para a valorização turística da nossa cidade e do nosso concelho, sobretudo daquela zona do Castelo, que precisa de um estímulo, de um impulso. Tudo aquilo que fizemos, desde 2007, ou 2008, quando começámos o projeto Viver Lamego, não foi suficiente. Mas não desistiremos.-----

*Interveio o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: “O senhor Presidente da Câmara aparece com a velha tática do costume, ou seja, não responde, atacando com acusações. Faz-me lembrar aquele célebre filme de animação em 3D, muito interessante, por sinal, intitulado “A Fuga das Galinhas”.*

O que o senhor Presidente da Câmara faz é precisamente encarnar o espírito e o argumento do referido filme.-----

Compreendo que, no dia-a-dia, nem sempre as coisas correm bem, nem sempre as pessoas se levantam e têm lucidez suficiente para tomar decisões sensatas. Mas já que se recusa a falar e ataca os outros, agora também vai ouvir.

Falando de má gestão, relembro um célebre despacho que o senhor fez, às portas da campanha eleitoral, no qual pediu a antecipação de verbas, sobre os valores do orçamento ano seguinte, no valor de 2.268.000,00€. -----

Quando usa esse tipo de procedimento, ou seja, faz um despacho, dirigido ao Dr. Nelson Martins, ordenando, de forma direta, a antecipação 2.268.000,00€, dá que pensar.-----

Mas há mais. A Câmara, foi condenada ao pagamento de 1 milhão de euros, no âmbito de um processo Factoring, no Banco BPI, relacionado com o Pavilhão Multiusos, mais tarde conseguiu fazer um acordo, reduzindo o valor para 400.000,00€. Obriga-me também a dizer que as obras feitas no edifício onde está hoje o ACT, foram inauguradas, com pompa e circunstância, está lá a placa, vieram os senhores de Lisboa, toda a gente aplaudiu, foi tudo muito bonito, mas só passados, quase dois anos, é que lançou o procedimento. Dois anos! Imaginem se o procedimento não coincidia com a pessoa que faz as obras. Era complicado.-----

Mas há mais, um ex-Vereador, do seu partido e que integrou um dos seus anteriores Executivos, jura a pé juntos, que as obras feitas nos gabinetes da Vereação, foram realizadas muito antes do procedimento concursal, que, por sua vez, foi muito posterior.-----

Podemos também falar do alargamento do cemitério da Cruz Alta. Não foi referido na reportagem televisiva, mas como é que foi o procedimento? Quando é que foi

lançado? Existem datas e registos fotográficos da data em que essas obras começaram.-----

Devemos ter sempre um peso e uma medida, quando referimos determinados assuntos. Falar da Transdev, é quase uma heresia.-----

Espero, honestamente, que aquilo que está a ser imputado ao senhor Presidente da Câmara seja falso. Espero bem. Para o bem de todos, a começar pelo seu. Porque, se se for verdade, segundo aquilo que diz o Ministério Público, e até lá tem a presunção de inocência, será muito complicado para si.-----

Mas durante os seus mandatos, houve muitos procedimentos errados, nomeadamente, muros que foram feitos e que não coincidiam com os procedimentos. Haja responsabilidade em relação a isso, que seja imputada a responsabilidade.-----

Aqui não há dois pesos e duas medidas. Não é apontar o dedo aos outros, sabendo que já não tenho telhados de vidro, que já está tudo partido.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte declaração: “Senhor deputado Pedro Torres, não vou responder a processos concretos, nomeadamente aos processos que estão em investigação, mas digo-lhe que, quase garantidamente, não há nenhuma Câmara neste país na qual não seja realizado, pelo menos um procedimento de ajuste direto, cujo serviço até é prestado antes de sair a requisição, ou de ser celebrado o contrato. Os procedimentos por ajuste direto, são, por natureza, procedimentos céleres e são procedimentos direcionados a um concorrente. Nesse sentido, são objeto de celebração de um acordo, que é estabelecido através da proposta e da sua aceitação e, a seguir, formaliza-se o procedimento.-----

Há situações em que isso acontece, e acontece seguramente em todas as Câmaras do país. Aconteceu, também, com o anterior Executivo. Portanto, se é para haver equidade, que venha a Polícia Judiciária buscar os processos, que venham abrir os inquéritos, que tratem todos por igual.-----

As instituições policiais e judiciais cumprem o seu papel. Em cada momento têm as suas linhas de orientação, não interferimos nisso. Vocês interferiram, mas isso são águas passadas.-----

Sobre o que referiu, relativamente à antecipação de verbas, esclareço, não foi uma antecipação de verbas, vamos ser corretos na utilização dos termos, foi a utilização de fundos disponíveis, foi pegar na receita, que ia entrar em janeiro, e utilizá-la hoje para comprometer uma obra, em agosto, mas que só irá ser executada no próximo ano. Essa é que é a questão. Se consultar a lista dos compromissos assumidos e transitados para 2018, encontrará um montante muito superior a estes 2.200.000,00€. Não falamos de dinheiro, não falamos de pegar no dinheiro, que vai entrar, e gastá-lo hoje, falamos do compromisso, falamos de uma aritmética orçamental para garantir que a obra, que vai ser cabimentada hoje, e que vai ser executada daqui a 6 meses possa ter compromisso orçamental.-----

Não podendo fazer-se a antecipação de fundos disponíveis, num determinado momento, em junho, terminávamos com os fundos disponíveis até dezembro. E não é isso que a lei prevê. A Câmara continua a fazer as suas atividades, a lançar os seus concursos, a fazer os seus cabimentos e compromissos até ao dia 31 de dezembro. Sendo que, muitos desses compromissos vão transitar para o ano seguinte e isso aconteceu em 2017, como acontece todos os anos.-----

O único ato ilegal que foi cometido nos contratos com a Transdev, foi o pagamento de 900 mil euros, feito pelo anterior Presidente da Câmara, após recusa de visto do Tribunal de Contas e após a Câmara ter decidido que aquele contrato era ilegal. Esse foi o ato mais lesivo que a Câmara teve, no âmbito dos contratos que o município contratualizou, desde meados dos anos 80, com a Transdev e com as empresas que a antecederam.-----

Por isso, falo de consciência tranquila em relação a todos esses contratos que foram celebrados, quer por mim, quer pelos Presidentes de Câmara que me antecederam, já agora porque eram as mesmas contrapartes, eventualmente com outros nomes, como a EAVT, Guedes e Filhos, Soares Oliveira e todas as empresas que foram agrupadas, posteriormente, no grupo Transdev.”-----

3.2-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

Tomou a palavra a senhora **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que esta proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal foi previamente disponibilizada a todos os grupos parlamentares da Assembleia Municipal, que certamente já a analisaram e que se prende com a alteração na forma de votação das propostas.

Nesse sentido, esclareceu que a forma de votação das propostas de deliberação terá que estar alinhada com as restantes Assembleias Municipais do país. Sendo certo que hoje apenas é apresentada a proposta e que a votação da mesma se realizará na próxima sessão da Assembleia Municipal, que terá lugar em setembro de 2024, dando, assim, tempo para que os membros da Assembleia a possam estudar com mais pormenor.

Em seguida, perguntou se alguém pretendia fazer alguma intervenção a propósito desta alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.

Interveio o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: “No meu entendimento, e perdoem-me uma melhor análise, acho que estamos em condições de votar hoje essa mesma alteração, sendo certo, que aquilo que consta no ponto 2, no artigo 2, é que a alteração regimental em causa, passa apenas ter efeito, a partir de setembro.

Portanto, salvo melhor opinião, tivemos o cuidado de ler com muita atenção e estamos em condições de votar esta alteração, e posso até antecipar o nosso sentido de voto. Somos favoráveis a esta alteração, porque de facto vai de encontro a um conjunto de

pressupostos mais esclarecedores, principalmente sobre os métodos de votação. Além disso, introduz algo que não consta no nosso Regimento, nomeadamente a possibilidade de futuramente se puder fazer o voto eletrónico.-----

Clarifica também o sentido a dar ao voto da abstenção, aliás, dentro da norma que temos vindo a praticar nesta Assembleia Municipal.-----

Passa também ser mais clara e explícita a metodologia de votação, relativamente a questões relacionadas com pessoas, ou algo que envolve questões mais pessoais.

Portanto, no meu entendimento, senhora Presidente, estamos hoje em condições de votar este ponto, sendo que estas alterações passarão apenas a fazer efeito a partir da próxima Assembleia Municipal. Está explícito no Regulamento e também no Código do Procedimento Administrativo.-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção: “*Senhora Presidente, somos a favor de que devemos alterar esta proposta, mas com tantos pontos na ordem de trabalhos e tão pouco tempo para dar, ainda que fosse, uma vista de olhos em todo o material, só se fosse um super-homem. Entendo que devemos adiar esta votação.*”-----

Interveio o membro **José Manuel Correia** para proferir a seguinte intervenção: “*Sendo a minha primeira intervenção nesta sessão da Assembleia Municipal, aproveito para cumprimentar a senhora Presidente da Mesa, o senhor Secretário, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, caros colegas, membros da Assembleia Municipal, o staff de apoio e todas as pessoas que nos estão a acompanhar em casa.*”-----

Um cumprimento especial à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Figueira, Teresa Fonseca, e agradecer a sua disponibilidade e toda a logística, que pôs ao nosso dispor.-----

Em relação a este assunto, de uma forma geral, penso que o que o deputado Pedro Torres disse faz sentido, apenas refinava um pouco mais o argumento.-----

Por razões logísticas, certamente, o acesso que tivemos às alterações propostas foi mais tardio, portanto, entendemos que não houve tempo suficiente para podermos olhar para as referidas alterações regimentares, com cuidado. Mas de uma forma geral, penso que fazem sentido.-----

É um processo que se pode agilizar com calma. Leremos as alterações que são propostas, com cuidado e certamente, numa próxima oportunidade, votaremos e teremos condições para fazer a votação de uma forma esclarecida.

Desta vez, não tivemos o tempo suficiente para fazer a leitura necessária das alterações propostas.-----

Tomou novamente a palavra a senhora **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que agradece o voto de confiança, demonstrado pelos senhores deputados, mas, uma vez que não há consenso, esta proposta de alteração ao Regimento da

Assembleia será votada na sessão da Assembleia Municipal a realizar em setembro de 2024.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento da proposta de alteração. A votação será realizada, nos termos propostos, na próxima Assembleia Municipal.

3.3-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA II ALTERAÇÃO MODIFICATIVA ORÇAMENTAL-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor que a seguir se transcreve: -----

“Considerando que:-----

1 – O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), veio permitir o cumprimento de objetivos de gestão e análise, proporcionando informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão;-----

2 – Pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, foram aprovadas as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024, tendo sido constatada a necessidade de se proceder à segunda Alteração Modificativa (Revisão), que integra alterações ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano de Atividades Municipais (PAM);-----

3 – Conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, é competência da Câmara Municipal, elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal, as opções do plano e a proposta de orçamento, assim como as respetivas revisões;-----

4 – Resulta da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões;-----

5 – A presente alteração surge da necessidade de reprogramação dos encargos, em anos seguintes, de obras comunitárias, obras participadas e aquisições de serviços, bem como do reforço de rubricas no presente ano, conforme se pode verificar nos mapas anexos.-----

Nesta conformidade, submeto à consideração superior: -----

1. Apreciação e votação pela Câmara Municipal, nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da II alteração modificativa orçamental, no montante total de 1 215 000,00€;-----

2. Apreciação e votação pela Assembleia Municipal da alteração modificativa, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com os mapas em anexo.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** proferir os seguintes esclarecimentos sobre este ponto: *“É importante aprovar esta alteração orçamental, para podermos deliberar, em sede de reunião de Câmara, sobre a abertura do*

concurso dos transportes e fazer, ainda hoje a aprovação à Assembleia Municipal e a publicação do anúncio por uma questão de prazos legais.-----

A alteração modificativa ao orçamento é efetuada com o objectivo essencial de atualizar as despesas plurianuais, que estão previstas para um conjunto de projetos relevantes, entre os quais a despesa de transportes, o Parque de Saúde, a Requalificação e Modernização das instalações da PSP, o Sistema de Tratamento de Águas Residuais da Penajóia e empreitada da Avenida das Acácias.-----

Estas são as principais alterações a introduzir no mapa da segunda modificação ao orçamento, que peço aos senhores deputados municipais para acompanharem e aprovarem.”-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção: “Parece um toque de varinha mágica, torna-se necessário que, na aprovação anual do orçamento, se saiba com clareza o que se pretende fazer e o rumo a dar ao Município, para que não estejamos a fazer alterações, estas e outras.”-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: “Tenho que dizer que há aqui um contra-senso.-----

Tanto rumo definido, mas chegamos a meio do ano e já vamos na segunda alteração orçamental. Isto diz muito da incapacidade de pôr a estrutura a andar sobre carris.----

No entanto, tal facto não nos impede de ter noção da realidade, pois embora as coisas sejam feitas em cima do joelho, mal calculadas, mal planeadas, também conseguimos perceber a importância de alguns investimentos.-----

Não será, pela nossa votação, que haverá qualquer tipo de constrangimento. Nesse sentido, vamos abster-nos, alertando para que haja melhor preparação, para que haja menos amadorismo.-----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, informando que estavam trinta e cinco membros presentes na sala.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor e dez abstenções.-----

3.4-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DA TOTALIDADE DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAMEGO NA EMPRESA MUNICÍPIA, S.A.-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal do seguinte teor, que a seguir se transcreve: “Considerando que:-----

O Município de Lamego é detentor de uma participação social de 0,15% do capital social da empresa Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A., correspondente a 999 ações com o valor nominal de 4,99€ cada, perfazendo 4.985,01€.-----

A Assembleia Municipal, em sessão realizada a 26.04.2011, deliberou autorizar a alienação da participação social do Município na empresa Município, EM, S.A., mas,

tendo sido solicitado aos restantes acionistas que manifestassem, querendo, interesse na sua aquisição, não houve nenhum interessado.-----

O Presidente do Conselho de Administração da empresa Município, EM, S.A. informou o Município de que, o órgão a que preside, havia deliberado adquirir as ações aos municípios que manifestassem interesse em alienar as respetivas participações sociais – aquisição limitada a 10% das ações emitidas, por força do disposto no n.º 2 do artigo 317º do Código das Sociedades Comerciais – desde que os municípios acionistas não tivessem dívidas para com a empresa, e fixando o valor do negócio a 1 cêntimo por ação.-----

A empresa Município, EM, S.A. apresentou contas desequilibradas nos anos de 2008, 2009, 2010 2013,2020 e 2022 pelo que o acionista público Município de Lamego transferiu 8.099,48€.-----

Em resposta ao ofício remetido, pelo Município de Lamego, para o Município de Oeiras, este decidiu não exercer o direito de preferência.-----

A empresa Município, EM, S.A. apresentou em 2023, resultados líquidos negativos no valor de 806 mil euros, correspondendo ao Município de Lamego um montante de 1.209,48€ a liquidar para equilíbrio das contas.-----

Face ao exposto, propõe-se à Assembleia Municipal que:-----

- Seja aprovada, novamente, a alienação da totalidade da participação do Município de Lamego da empresa Município, S.A., devido ao hiato temporal ocorrido (13 anos);---
- Solicitar ao Dr. Fernando Peixinho, Revisor Oficial de Contas do Município de Lamego, a avaliação da empresa Município, S.A., para determinar o valor justo por ação;-----
- Dar conhecimento do justo valor aos restantes acionistas, para que possam exercer num prazo de 15 dias úteis o direito de preferência;-----
- Autorizar, caso não haja exercício do direito de preferência, a abertura de procedimento para alienação das mesmas.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para prestar os seguintes esclarecimentos sobre este ponto: “A Município é uma empresa intermunicipal constituída por um conjunto de municípios, e presta serviços na área da cartografia.

Somos sócios há muitos anos, a empresa foi criada numa época em que era muito difícil obter cartografia certificada e justificava-se, nessa altura, que a empresa prestasse serviço aos municípios.-----

Entretanto, deixámos de ter qualquer relação funcional com a empresa, somos meros acionistas de uma empresa, que tem resultados negativos.-----

Tratamos ao longo dos anos alienar a nossa participação, sempre sem sucesso. Durante algum tempo, a Câmara Municipal de Oeiras procedia à aquisição de todas as cotas que eram vendidas pelos municípios, mas deixou de o fazer.-----

Temos que tomar a decisão de alienar a nossa participação numa empresa que, apesar de não ser um valor expressivo, nos dá um prejuízo anual, sem tirarmos qualquer proveito do seu trabalho, sendo que o objeto da empresa é interessante, a

empresa presta serviços de qualidade. Haverá, seguramente, outros municípios interessados em poder fazer a sua gestão e rentabilizar todo o património que esta empresa foi construindo ao longo dos anos.-----

Do ponto de vista do Município de Lamego, esta participação não é interessante e devemos aliená-la.-----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, informando que estavam trinta e cinco membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

3.5-ASSUNTO: DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor que a seguir se transcreve: “A Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro (AMTAD) tem o Município de Lamego como associado desde 1993.-----

Até 2005, a Associação funcionou regularmente, de acordo com os Estatutos aprovados na fundação e devidamente atualizados.-----

Os modelos de Organização Territorial em vigor, a partir de 2005, dispersaram os 36 Municípios integrantes da AMTAD por diversas Comunidades Intermunicipais.-----

Assim, com a criação das Comunidades Intermunicipais, a AMTAD deixou de ter atividade, situação que se mantém há 19 (dezanove) anos.-----

Acresce que a Lei de limitação de mandatos levou à substituição dos membros do Conselho de Administração, à data, por outros eleitos nas respetivas Câmaras Municipais, originando um vazio de direção.-----

Contudo, a AMTAD continua a existir juridicamente, mas sem qualquer ação desde 2005.-----

Não foram eleitos novos órgãos, como estatutariamente determinado, não foi praticado qualquer ato de gestão e não existiu qualquer fluxo financeiro, dado a Entidade não ter encargos de qualquer espécie.-----

Face ao exposto, proponho ao Executivo Municipal que delibere propor à Assembleia Municipal que, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 39º dos Estatutos da AMTAD, delibere a dissolução da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro e decida sobre o modelo de liquidação da mesma, nos termos da lei.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** prestar os seguintes esclarecimentos sobre este ponto: “A Associação de Municípios Trás de Montes e Alto Douro existiu até meados dos anos 2000, quando foram constituídas as Comunidades Intermunicipais. Era uma associação que agregava a totalidade dos municípios do Douro e de Trás de Montes, incluindo aqueles que hoje fazem parte da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, 35 municípios, no total.-----

Com a constituição das Comunidades Intermunicipais, a associação deixou de ser o veículo de candidaturas e de relações de trabalho entre os Municípios, que passou para a escala da CIM – Comunidade Intermunicipal.-----

Nesse sentido, a associação deixou de ter atividade, mas continua a constar como uma associação existente e o Tribunal de Contas pede, anualmente, relatórios de atividade e as contas desta associação, que não tendo órgãos eleitos, desde 2005, não consegue responder satisfatoriamente a esta necessidade de fiscalização, por parte do Tribunal de Contas.-----

Fui o Vice-Presidente da associação, no mandato 2005-2009, sou, por ventura, o único dos membros dos órgãos sociais, que está em funções, e foi-me pedido para diligenciar, entre todos os municípios, no sentido de se proceder à extinção da associação.-----

De acordo com os estatutos, a associação extingue-se se todos os municípios associados deliberarem, em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, a sua extinção.-----

A associação tem, inclusive, um saldo bancário positivo, superior a 50 mil euros, que será dividido pelos municípios associados no processo de dissolução.-----

Todas as Câmaras Municipais estão, durante a sessão da Assembleia Municipal de junho, a proceder à deliberação de dissolução. Proponho, também, à Assembleia Municipal de Lamego que o faça.”-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção: “*Há um lado obscuro no conto de fadas, no qual esta associação, como outras, nem devia existir, hoje encerra-se esta, amanhã vamos encerrar as que hoje criamos.*”-----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, informando que estavam trinta e cinco membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e três votos a favor, e duas abstenções.-----

3.6 - ASSUNTO: PROPOSTA DE ACORDO DE GEMINAÇÃO COM LOBATA - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere que a geminação de cidades é um conceito que tem como objetivo a criação de relações e mecanismos protocolares através dos quais as cidades de áreas geográficas ou políticas distintas estabelecem laços de cooperação aos mais diversos níveis: culturais, económicos, desportivos, etc.-----

Considerando as vontades expressas do Município de Lamego e da Câmara Distrital de Lobata num acordo de geminação, resultante da visita ao Distrito de Lobata, a seu convite, de uma delegação do Município de Lamego.-----

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere que seja aprovado o “Acordo de Geminação” nos termos apresentados, nos termos da alínea u), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei 75/ 2013, de 12 de setembro.-----

Mais propõe que este assunto seja enviado para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto na alínea t) do n.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para prestar os seguintes esclarecimentos sobre este ponto: *“Esta proposta de geminação decorre de um projeto que foi desenvolvido em São Tomé e Príncipe pelo Município de Lamego e pelo Trança, que é um projeto de cariz formativo e social, da Câmara Municipal de Lamego (Teatro Ribeiro Conceição) e que levou uma delegação de Lamego a São Tomé e Príncipe.*-----

Formulámos também um convite para receber uma delegação de São Tomé no nosso Município e estreitar laços de colaboração, que penso que podem ser recíprocos. Sem qualquer preconceito, afirmo que também nos compete poder ajudar São Tomé e Príncipe, nalguns projetos culturais e sociais, que possam potenciar o desenvolvimento do Município de Lobata.-----

Nesse sentido, foi aceite a proposta de celebração do acordo de geminação, que já foi aprovada em reunião de Câmara e que é proposta à Assembleia Municipal, solicitando que seja igualmente aprovada.”-----

Interveio o membro **Paulo Barradas** para proferir a seguinte intervenção: *“O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se com esta geminação.*-----

Concordamos com as palavras introdutórias, proferidas pelo senhor Presidente da Câmara. Entendemos que sim, os povos têm muito a ganhar com parcerias.-----

A diversidade cultural e a diversidade de valores são riquezas partilháveis e o Município de Lamego faz muito bem em abraçar esta oportunidade de geminação.

Já temos uma geminação com Bouchemaine, uma cidade francesa muito interessante, que fica no coração do Loire, perto de Angers.-----

Talvez, colhendo um pouco do exemplo dessa geminação, esta possa ser trabalhada de uma forma mais profunda, até porque entendo que dessa primeira geminação, talvez ainda não tenhamos colhido todos os frutos possíveis.-----

Portanto, estamos perfeitamente de acordo, vamos aplaudir, vamos votar favoravelmente, com todo o gosto, porque entendemos que a ideia é muito interessante e muito proveitosa para as duas comunidades.-----

Faria aqui um pequeníssimo reparo ao texto do protocolo, no seu preâmbulo, pois a determinada altura refere o seguinte: “A Câmara Municipal de Lamego e a Câmara Distrital de Lobata, tendo em conta os laços históricos e culturais de amizade entre as suas populações”. Creio que, neste momento, a expressão, “laços históricos e culturais” não é de todo real, uma vez que os mesmos ainda não existem. Ou seja, não há histórico de laços com esta comunidade, portanto é só uma questão de tornar o texto um pouco mais fidedigno. É uma questão completamente ultrapassável, no entanto, entendo que não devemos fazer um exercício sobre um passado comum que, de facto, ainda não

existe, mas desejamos que este futuro se transforme num passado muito profícuo e muito proveitoso para as duas comunidades.-----

Parabéns ao Executivo por esta iniciativa de geminação.”-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção: *“Iremos votar contra. Tiques de quem não tem nada para fazer, ou de quem não tem mais imaginação e criatividade para conceber atividades que possam desenvolver a cidade e o concelho.”*-----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, informando que estavam trinta e cinco membros presentes na sala.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e três votos a favor, um voto contra e uma abstenção.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para propor, que os pontos 3.7 e 3.8 sejam apresentados em conjunto, dado que se tratam de dois Regulamentos, o do Teatro Ribeiro Conceição e o dos restantes equipamentos municipais, devendo fazer-se a votação separadamente.

Em seguida, passou à apresentação dos pontos, prestando os seguintes esclarecimentos: *“O Teatro Ribeiro Conceição teve um Regulamento elaborado pela extinta empresa municipal Lamego Convida, que geriu o teatro durante muitos anos.*

Com a passagem para o Município, ficou, de facto, uma situação de lacuna regulamentar.-----

Em relação aos restantes equipamentos, nunca foram criados quaisquer Regulamentos, que previssessem e regulassem o seu funcionamento, a sua relação com a comunidade, o seu equilíbrio financeiro e os seus projetos culturais.-----

Estas propostas, que hoje são apresentadas à Assembleia Municipal, vêm colmatar esta lacuna. As propostas em questão são similares a outros equipamentos culturais, que estão em funcionamento noutros municípios do país. Regem-se pelas regras gerais, que são aplicadas à sua gestão atual e estão em condições de ser aprovadas. Fico ao dispor para qualquer outro esclarecimento.”-----

Interveio o membro **Paulo Barradas** para proferir a seguinte intervenção: *“Estamos, então, a votar um projeto de Regulamento.*-----

Quero fazer um ponto de ordem à mesa, que é o seguinte, eu creio que a Assembleia Municipal vota Regulamentos e não projetos, ou então estamos a votar este projeto e depois ele vai transformar-se em Regulamento e vamos votar depois o Regulamento?”

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para prestar o seguinte esclarecimento: *“Senhor deputado, Paulo Barradas, este documento é um projeto de Regulamento até ser aprovado por esta Assembleia Municipal. Estamos a votar um Regulamento.*

O documento que será sujeito a votação é um projeto que o Município apresenta à consideração da Assembleia Municipal.”-----

Interveio o membro **Paulo Barradas** para proferir a seguinte intervenção: *“Tive cuidado de consultar o Regimento da Assembleia Municipal, e o mesmo não refere que a Assembleia vota Projetos de Regulamento, apenas vota Regulamentos.*

Pode ser uma questão de semântica.”-----

Interveio novamente o senhor **Presidente da Câmara** para prestar o seguinte esclarecimento: *“É mesmo uma questão de semântica, ou seja, o projeto que é sujeito a consulta pública e que percorre todos os passos, chega à Assembleia Municipal com a mesma designação com que foi lançado no primeiro dia, a partir do momento em que é aprovado, é um Regulamento.”-----*

Tomou a palavra a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** para prestar o seguinte esclarecimento: *“Proponho que façamos uma errata, onde se lê: Projeto de Regulamento, devemos ler Regulamento.”-----*

Interveio o membro **Paulo Barradas** para proferir, ainda, a seguinte intervenção: *“Muito obrigado, senhora Presidente, fico muito mais confortável para votar este Regulamento.”-----*

Em tempos, alguém afirmou que o Teatro Ribeiro Conceição é o coração da cultura de Lamego. Pessoalmente, nunca senti, verdadeiramente, que fosse assim.”-----

Lembro-me, que no início deste mandato, quando se fez a apresentação dos diversos serviços, numa sessão inicial, perguntei ao senhor Presidente da Câmara qual era o projeto para o Teatro Ribeiro Conceição. O senhor Presidente, respondeu, enfim, com a sua interpretação da questão, que o Teatro Ribeiro Conceição é uma sala de espetáculos e que, obviamente, não faltaria o serviço educativo. Portanto, se eu entendia como projeto a questão do serviço educativo, que não me preocupasse porque essas atividades, inerentes ao serviço educativo, iriam acontecer.”-----

Creio que o Teatro Ribeiro Conceição, juntamente com um outro grande equipamento cultural que temos em Lamego, poderiam e deveriam ser, os dois motores da cultura de Lamego. Infelizmente, a meu ver, nem um, nem outro, nem os dois em conjunto, o são.”-----

Este Regulamento está como o seu próprio objeto, como o Teatro Ribeiro Conceição. O que é que se passa com o Teatro Ribeiro Conceição? É tido como o grande Teatro, La Scala do Douro, não deixa de ser verdade. É dito que ali acontecem grandes eventos culturais, também não deixa de ser verdade.”-----

Mas, depois, o que é que temos? Temos um edifício que está muito degradado. Aliás, quem olhar para o frontispício do Teatro Ribeiro Conceição consegue ver as portas onde já não há tinta, as janelas estão também sem tinta alguma e a boca de cena do teatro está completamente deteriorada.”-----

Digamos que, por um lado, sim, tudo o que eu disse acerca do teatro é verdade, mas tudo o resto, parece não condizer com essa grandeza e com a qualidade dos acontecimentos que ali têm em lugar.”-----

No início desta legislatura, criei uma imensa expectativa, relativamente à área cultural do Município, até porque via algumas pessoas, que estimo, e que admiro intelectualmente, envolvidas nas questões da cultura do Município, e nomeadamente no Teatro Ribeiro Conceição.-----

Sendo certo que a programação do Teatro Ribeiro Conceição é uma programação de grande qualidade, é certo também que continuamos com assistências fracas para a qualidade dos espetáculos que ali acontecem, muitas vezes.-----

Acreditava, imagine-se, que este Regulamento, que é um Regulamento de práticas, assentasse, eventualmente, numa outra filosofia, ou seja, que seria uma oportunidade para o Teatro Ribeiro Conceição de se poder tornar um centro cultural de excelência, como aliás refere a nota justificativa.-----

Na nota justificativa deste projeto, há também uma expressão fantástica, que refere que o Teatro Ribeiro Conceição é um centro de cultura de excelência. Mas, depois, no normativo do Regulamento, aquilo que encontramos é apenas, e tão só, uma sala de espetáculos. Daí a minha frustração, relativamente a este Regulamento.-----

Sei que ele tem como escopo, quatro questões essenciais, uma questão relacionada com o acolhimento do público, outra com a segurança das instalações, um outro artigo condizente com a conduta e a utilização geral, e ainda um novo articulado, referente aos critérios de cedência.-----

O que é que entendo que o Teatro Ribeiro Conceição devia ser e que, de alguma forma, devia estar plasmado neste rearranjo do seu Regulamento?-----

Devia ser explícito o facto de que o Teatro Ribeiro Conceição deveria ser um lugar de excelência para as associações e para as Escolas de Lamego, mas não é, ou melhor, é, mas não é. Vou explicar.-----

Está explícito, no artigo quinto, que a missão do Teatro Ribeiro Conceição é ter uma oferta cultural diversificada e regular, que permita o acesso de todos à cultura e à educação.-----

Aliás, todos os considerandos expressos, relativos aos diversos deveres das eventuais vantagens do Teatro Ribeiro Conceição, são feitos assim, de forma muito genérica.

Podemos vê-los de uma forma um bocadinho mais cruenta, quando se fala, por exemplo, do preçário, onde refere que a entrada é livre, relativamente a qualquer espectáculo, ou acontecimento a realizar no Teatro Ribeiro Conceição, bem como a cedência gratuita das respetivas instalações, obviamente, compete decidir à Câmara Municipal.-----

Percebo que seja a Câmara a decidir. Mas entendo que as associações e as instituições, que se dedicam à educação, deviam ter um estatuto diferente, porque, assim, a Escola Básica e Secundária da Sé, por exemplo, tem, no Teatro Ribeiro Conceição, os mesmos direitos escritos, que tem qualquer escola do país. Ou, qualquer associação cultural do nosso concelho, tem, no Teatro Ribeiro Conceição, os mesmos direitos, que qualquer outra associação do país, segundo o Regulamento.

Existe falta de discriminação positiva, ou seja, sei que a Câmara cede os espaços gratuitamente, mas não deveria ser desta forma. Não deveria ser a Câmara a ceder. As associações e as escolas deviam ter isso garantido, por direito. Devia estar expresso neste Regulamento, qualquer artigo que estabelecesse, por direito, às escolas e às associações a cedência gratuita ao Teatro Ribeiro Conceição.-----

Enfim, tudo o que estou a dizer, perpassa, obviamente, também pelos artigos relacionados com as cedências, com os princípios de cedência às entidades cessionárias, ou seja, não há, realmente, uma ideia de que o Teatro Ribeiro Conceição privilegia a cultura de Lamego, ou as instituições de Lamego. Não há.-----

Volto a dizer que está sempre disponível para tal, mas não há um direito de preferência absoluto. Devia haver um direito de preferência sobre isto.-----

Se fizermos uma busca muito simples no Google, no ChatGPT, ou em qualquer outro motor de inteligência artificial, sobre Centro Cultural, a resposta que o motor nos devolve será sempre qualquer coisa deste género: “um centro cultural é um espaço dedicado ao desenvolvimento e promoção da cultura dentro de uma comunidade específica. Esses centros reúnem pessoas para participarem de atividades culturais, como apresentações de teatro, música, dança, exposições de arte e workshops. Além de promover a cultura, os centros culturais também contribuem para o desenvolvimento dos artistas locais. Eles costumam ser pontos de encontro nas comunidades onde as pessoas se reúnem para preservar tradições e participar de eventos culturais acessíveis a todos.”-----

Por isso defendo que o Teatro Ribeiro Conceição poderia ser isto que acabo de dizer. Um centro cultural a sério. O coração da cultura de Lamego, a sério.-----

Estou convencido que teríamos também uma boa sala de espetáculos, uma vez que a oferta de programação é, de facto, muito boa.-----

Entendo que desligar uma coisa da outra, transformar o Teatro Ribeiro Conceição nessa sala de espetáculos de excelência. Mas esquecer esta obrigatoriedade de ser um espaço da comunidade, deixa-me frustrado, pois entendo que fica qualquer coisa por fazer em condições. É possível, e deveria ser desejável, conciliar estas duas vertentes.-----

Sei que é apenas um Regulamento, mas ainda assim, penso que neste Regulamento as entidades, que se dedicam à educação e à cultura, poderiam encontrar um outro conforto, uma espécie de apropriação.

Gostava que essas entidades soubessem que no Regulamento do Teatro Ribeiro Conceição houvesse um artigo que lhes dá preferência, que lhes garanta a gratuitidade dos espaços, como um direito, não como um pedido, como um favor que se vai pedir ao Presidente da Junta.”-----

*Interveio o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção: “Só para fazer uma advertência. Vou abster-me no ponto 3.7 e ponto 3.8.-----*

Depois de mais de quinze anos de governação, o senhor Presidente da Câmara, lembrou-se que devia haver um Regulamento.-----

A questão é, mas o Teatro Ribeiro Conceição e os equipamentos culturais “andam ao Deus dará”? -----

Gostava, ainda, de perguntar ao senhor Presidente, quando é que vai ser levado a cabo o projeto da água ao domicílio no Lugar da Ribeira, na Freguesia da Penajóia? Já é tempo.”-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte intervenção: *“Reconheço, obviamente, a boa-fé do Dr. Paulo Barradas nas discussões que faz em todas as matérias discutidas na Assembleia Municipal, muito particularmente nas relacionadas com a cultura. -----*

Mas não posso deixar de referir que a sua análise não é rigorosa. E não é rigorosa por um motivo. Relativamente à ligação do Teatro Ribeiro Conceição às associações e à comunidade, 35% da ocupação do teatro é decorrente de atividades promovidas por associações, escolas e da comunidade em geral.-----

Em termos de programação cultural, tivemos pela primeira vez uma programação aprovada pela DGArtes, com financiamento de 400 mil euros para quatro anos.-----

Estamos a fazer co-produções com o Teatro Municipal de Vila Real, o Teatro do Fundão e o Teatro Dona Maria II.-----

No aniversário do Teatro Ribeiro Conceição, se teve oportunidade de estar presente, terá visto que foi apresentado um espetáculo de raiz, criado com as associações e com a comunidade, que nos encheu de orgulho.-----

Os trabalhos com as escolas, com as associações e com as comunidades, nomeadamente em termos de serviço educativo, estão a um nível que nunca estiveram antes.-----

Tenho orgulho do Teatro Ribeiro Conceição, enquanto edifício monumental, mas sobretudo, enquanto projeto cultural e isso mantém-se desde o dia em que foi aberto, em fevereiro de 2008, até hoje.”-----

Interveio o membro **Paulo Barradas** para proferir, a seguinte intervenção: *“Não denego tudo o que o senhor Presidente da Câmara disse.-----*

Quis apenas acrescentar que realmente isso, que acabou de referir, pudesse, de alguma forma constar no Regulamento. Falei apenas do Regulamento, não falei da questão da atividade, pois se bem ouviu, a programação do Teatro Ribeiro Conceição é de enormíssima qualidade.-----

Relativamente ao Regulamento dos Equipamentos Culturais, verifico que este documento tem alguns problemas de organização.-----

Por exemplo, no texto da proposta, é referido que o Regulamento, que deve ser submetido à Assembleia Municipal, é relativo ao Castelo e Cisterna, ao Núcleo Arqueológico da Porta dos Figos, ao Solar da Porta dos Figos, à Torre dos Figos e ao CIMI.-----

Mais adiante, na primeira página do Regulamento, percebemos que o mesmo é referente ao Castelo e à Cisterna, o que está correto, que é também referente ao

Núcleo Arqueológico, também está correto, e é referente, ainda, à Casa dos Figos (Casa do Artista), sendo que, na nota justificativa, é mencionado que o mesmo incide sobre o Castelo e Cisterna, o Núcleo Arqueológico, a Casa do Artista e o Centro Interpretativo da Máscara Ibérica.-----

Ou seja, quem ler este documento ficará um pouco confuso. Há, de facto, um equipamento cultural, o qual, quem ler, há-de pensar que o Solar da Porta dos Figos, a Casa dos Figos e a Casa dos Artista são três equipamentos distintos.-----

Também percebo que é uma questão de semântica, mas é uma questão de semântica para nós, que conhecemos os espaços, mas para quem vir de fora, há-de pensar que há equipamentos que são introduzidos num determinado momento e há outros que são retirados. O texto não está muito bem elaborado.-----

Há também uma outra curiosidade, é que desta lista de equipamentos culturais, não consta o Centro Cívico de Lamego.-----

Das duas, uma, ou o Centro Cívico do Lamego não é um equipamento da Câmara Municipal, que acho que é, e você sabe que é, ou houve um esquecimento, ou então, uma vez que o Centro Cívico está protocolado com o Rancho Regional de Fafel, já não conta como sendo pertença da Câmara Municipal de Lamego.-----

Poderia, de forma maliciosa, perguntar se o protocolo assinado com o Rancho Regional de Fafel, é só para cinco anos, ou é ad aeternum? Ao que parece, a Câmara já não conta com ele, uma vez que não consta no Regulamento dos Equipamentos Culturais.-----

Tenho uma opinião muito específica sobre o Centro Cívico, sendo certo que, neste momento o Rancho Regional de Fafel, mais do beneficiar de uma benesse, está a resolver um problema à Câmara Municipal e a ausência desse equipamento, neste Regulamento, comprova o que eu estou a dizer.-----

Ou seja, a Câmara Municipal alijou para o Rancho Regional de Fafel um equipamento e está entregue, não quer saber dele, não faz parte dos equipamentos municipais, portanto está arrumado. Por sua vez, o Rancho Regional de Fafel, que não tinha sede, em boa hora a arranjou e tem organizado jantares, entre outras iniciativas, no sentido de reinventar receitas para conseguir manter aquele edifício.-----

Mas, em relação à substância do Regulamento apresentado, diria que este Regulamento enferma dos mesmos defeitos que o anterior. Ou seja, não é um Regulamento que coloque a comunidade de Lamego, as escolas de Lamego e as associações de Lamego, como agentes preferenciais da sua utilização.-----

Todas as escolas de Lamego e todas as associações de Lamego têm o direito, de pedir, à Câmara Municipal, a utilização desses espaços, bem como a isenção de pagamento de taxas, tal como qualquer escola de Carregal do Sal, de Mértola, ou de qualquer outra localidade do país. -----

A meu ver, há uma falha clamorosa neste Regulamento, porque este património é dos lamecenses, mas é também um património nacional, como é óbvio. O Castelo é um monumento nacional, não é um monumento da Câmara de Lamego.-----

Seja como for, estes monumentos estão relacionados, primeiramente, com a herança cultural dos lamecenses, não sendo também, para eles, um motivo de diferenciação.

Sabemos, por exemplo, que nos museus nacionais, atualmente, não se paga entrada, em determinadas circunstâncias.-----

Estive há dias na Catedral de Toledo, paguei bilhete como estrangeiro, e um senhor de nacionalidade espanhola, que estava ao meu lado, não pagou e não teve que pedir autorização ao Alcaide de Toledo para não pagar. É um direito dele.-----

Pelo menos as escolas e as associações culturais deviam ter a garantia deste acesso livre, sem terem que mendigar, que pedir, com 90 dias de antecedência, que é o que diz o Regulamento.-----

Relativamente às residências artísticas, julgo haver aqui um supremo engano, pois não sabia que havia uma apetência tão forte pela Casa do Artista, para que os artistas que ali quiserem fazer uma residência, tenham que mandar o seu projeto entre outubro e novembro.-----

Certamente, todos os artistas portugueses estarão muito atentos a estes dois meses, porque se acontecer alguma distração e mandarem o seu projeto cinco dias depois de terminar o mês de novembro, só no ano seguinte poderão candidatar-se novamente, à residência artística em Lamego. Todos sabemos que o mundo dos artistas não funciona assim.-----

Entendo a necessidade desta regulação, mas só a entendo se houver atividade para essa regulação. Que se saiba, e dir-me-ão se estiver enganado, são tantos os pedidos para fazer residências artísticas que, neste momento, é imperioso fazer isto.

Não estou convencido que assim seja, mas aceito que, justificadamente, digam que estou enganado.-----

Constam, ainda, deste Regulamento dois artigos que considero desastrosos e peço desculpa pelo uso desta expressão, mas esta ideia de que um artista, que venha fazer uma residência, à casa do artista, tenha que deixar obrigatoriamente um trabalho à Câmara Municipal de Lamego, não tem qualquer sentido.-----

Sabemos que esta questão das residências dos artistas é altamente concorrencial, não faltam, neste país, residências artísticas em muitos Municípios. Muitos deles até oferecem bolsas aos artistas, para poderem vir às suas residências. O Município de Lamego obriga o artista a deixar um trabalho. Parece-me um pouco descabido.

Provavelmente, como sabem, quando um artista vem fazer uma residência artística vem fazer um trabalho apenas, não vem fazer dez.-----

Geralmente, a filosofia é fazer um trabalho, e depois tem que deixar obrigatoriamente esse trabalho na autarquia, só porque a autarquia quer aumentar o seu espólio artístico? Isso parece-me um bocadinho forçado.-----

O mesmo se passa com os artistas que queiram expor na Galeria do Solar da Porta dos Figos. Depois de passarem por um crivo enorme de ficha, com uma série de condições para poderem expor, também têm que deixar, obrigatoriamente, uma obra ao Município.-----

Agora, pergunto, um artista que vem do Algarve, vem às suas expensas, traz as suas obras para expor, ou seja, vem prestar um serviço de cultura ao Município de Lamego, no final, tem que deixar obrigatoriamente uma obra? Qual é o valor dessa obra? Aceitamo-las todas ou só aceitamos algumas?-----

Mas temos uma galeria de arte assim tão nomeada, tão famosa, que possamos obrigar os artistas a deixar uma obra, pois caso contrário, não podem vir?-----

Precisamos é de cativar os artistas para virem à galeria de arte do nosso Castelo. Precisamos é de os convidar, de os incentivar, a não ser que para nós a galeria seja qualquer coisa tão dispensável que, se houver exposições, ótimo, se não houver, muito bem. Considero isto uma enormidade. Como é que é possível isso acontecer?

De facto, enquanto estivemos à frente dessa galeria, houve alguns pintores que, de forma graciosa, deixaram ao Município do Lamego uma série de obras, mas foram eles que tomaram a iniciativa e deixaram-nas, porque gostaram do espaço, porque o espaço é realmente bonito, é pequenino, mas é primoroso. Deixaram-nas, porque foram bem recebidos, deixaram, porque tiveram um trato de excelência e no final, com a promessa de voltarem, quiseram deixar esse tributo à Câmara Municipal.-----

É de muito mau tom dizer a um pintor, que só pode expor, se deixar uma obra ao Município. Isso não faz sentido nenhum.-----

Então pagamos 25 mil euros à Fundação de Serralves para vir cá expor e obrigamos o pintor a deixar uma obra de arte?-----

Onde é que está a racionalidade disto? Pagamos 25 mil euros, a Serralves, que é uma fundação milionária e a um pinto, que queira vir fazer uma exposição, seja de Lamego, seja de fora, obrigamo-lo a deixar uma obra de arte? À Fundação de Serralves não obrigamos, não está no protocolo.-----

Sinceramente, fiquei profundamente desanimado com este Regulamento.-----

É claro que percebo o papel dos intervenientes que estão no terreno e que nem sempre têm respaldo das suas chefias para fazer melhor. Mas repare-se o seguinte, no início comecei por dizer que este Regulamento era para o Castelo e Cisterna, o Núcleo Arqueológico da Porta dos Figos, o Solar da Porta dos Figos, a Torre dos Figos e para o CIMI. É verdade. Este Regulamento define regras para todos esses equipamentos culturais, exceto para a Torre dos Figos. Sobre esse equipamento não consta absolutamente nada.-----

Ou seja, é um equipamento que é enunciado, mas ao longo do texto não refere nada sobre o seu funcionamento, tal como acontece com o Centro Cívico de Lamego.-----

Poderia perguntar se não há nada pensado para a Torre dos Figos, se ela vai continuar a ser apenas, e tão só, uma sala de reuniões.-----

Finalmente, refiro-me à questão da bilhética. Aplaudo, de pé, a ideia da bilhética no Castelo de Lamego. Aliás, sempre me debati por essa causa, mas, infelizmente, nunca consegui que fosse levada a cabo.-----

Houve, no entanto, intenção do anterior Executivo em fazê-lo. Considero que essa questão é importante, havia, inclusivamente, visitantes que nos perguntavam porque é que aqui não se paga bilhete.-----

Seja como for, aplaudo de pé, porque sei que esse dinheiro pode ser, e deve ser, para reinvestir no Bairro do Castelo, ou noutros equipamentos culturais do Município.-----

Mas vamos analisar os preços que estão pensados. Quem quiser visitar apenas o Castelo e a Cisterna, paga 4 euros, quem quiser visitar o Núcleo Arqueológico, paga 2 euros. É claro que um bilhete de 5 euros resolve a visita destes equipamentos todos e até pode parecer virtuoso.-----

Eventualmente, só irão pôr a bilhética a funcionar, quando os equipamentos tiverem qualquer coisa para ver.-----

No entanto, repare-se o seguinte: pagar 2 euros para visitar o Castelo, quando estiver musealizado, pagar 4 euros pelo Castelo e pela Cisterna, quando estiverem musealizados, ou 2 euros pelo núcleo, ou 5 euros por tudo, significa que em Lamego se paga apenas 2 euros para visitar dezoito tesouros nacionais.-----

Este Regulamento peca, também, por alguma falta de lógica na sua estrutura.-----

Seria muito melhor haver um Regulamento para os espaços visitáveis e haver outro para os espaços utilizáveis. Ou seja, para os espaços visitáveis, devia haver um Regulamento que normalizasse todas as práticas que ali estão e para os espaços ocupáveis, como é o caso dos auditórios, deveria haver outro Regulamento. A ideia que dá, é que fizeram Regulamentos por zona geográfica, não sei.-----

002D-----

Até porque repare-se o seguinte, sabemos o preço do aluguer do Auditório do Núcleo Arqueológico, mas não sabemos o preço do aluguer da Praça de Armas. Poderão dizer que esse espaço não é alugável. É óbvio que não é alugável. Podem-se fazer ali muitas atividades e a questão do alugável pode colocar-se, ou não. Digamos que falta uma estruturação mais feliz a este Regulamento.-----

A meu ver, este Regulamento não defende a eficiência dos equipamentos, e também não defende a importância do nosso património. Penso também que não defende o interesse das associações, das escolas e dos lamecenses, em geral. Não é um Regulamento ao qual o visitante possa bater palmas.-----

Por isso, sugeria que este texto fosse apenas um projeto de Regulamento e que, num outro dia, se vocês também tiverem a humildade de acatar algumas das nossas sugestões, nos apresentem um verdadeiro Regulamento para os equipamentos culturais, não esquecendo, obviamente, o Centro Cívico e as antigas casas da Câmara. Às vezes fico a pensar que, com o devido respeito, que vocês não sabem o que têm em mãos.-----

Não tenho qualquer outro tipo de intenção que não seja esta, de provocar a reflexão.”-----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte intervenção:

“Agradeço ao Dr. Paulo Barradas todas estas sugestões, tenho pena que não tenham sido feitas atempadamente, durante a discussão pública, porque teriam sido discutidas de uma forma direta, em diálogo, e, eventualmente, teriam sido ajustadas soluções consensuais, que viessem já à sessão da Assembleia em formato definitivo.-----

De qualquer forma, vejo-o muito desanimado, mas anime-se, porque as coisas correm bem, o que temos em mãos é fantástico, temos desenvolvido inúmeros projetos, quer em relação aos equipamentos culturais, quer em relação às residências artísticas.---

A ocupação e a procura são elevadas. Parte da regulação e da utilização, faz-se por ocupação do espaço público, e não carece de Regulamento próprio, é aplicado o da Câmara Municipal, como é o caso da Praça de Armas.-----

A outra parte, faz-se, ou vai fazer-se, através de uma política tarifária, que eventualmente poderá ser muito optimista e até excessiva, mas se verificarmos que temos uma queda na procura desses equipamentos, por força das tarifas que vamos impor, facilmente as reveremos.-----

Fazemos cinco ou seis Assembleias Municipais por ano, temos muita facilidade e muita flexibilidade em fazer essa alteração.-----

Devemos, de facto, harmonizar a designação dos equipamentos para que eles não surjam, em diversas partes dos documentos, com designações diferentes, isso parece-me fundamental.-----

Em relação à questão da cedência de uma obra por parte dos artistas, é uma opção do próprio. Claro que, se as obras que expõem, forem de valor muito elevado, o artista pode dizer que não justifica fazer a exposição nos nossos equipamentos, é uma situação também a avaliar, em função da utilização.-----

Quanto à possibilidade de dividir este Regulamento em dois, poderá ser viável no futuro. Atualmente, entendo não ser necessário, até pela explicação que já fiz.-----

Temos equipamentos culturais regulados e temos o espaço público e o espaço ocupável, como aqui designou, regulado por um Regulamento Municipal geral.-----

Relativamente ao Centro Cívico, tem razão. Discordámos, na altura, em relação ao projeto do Centro Cívico e à sua cedência ao Rancho Regional de Fafel. Continuo a defender que foi uma boa decisão, uma decisão virtuosa. Diria mesmo que é uma situação de win-win, ganha o Rancho Regional de Fafel, porque tem excelentes instalações, e ganha o Município, porque o equipamento está a ser utilizado e dinamizado e o Rancho de Fafel tem tido o cuidado de fazer a partilha do espaço com outras associações e com a comunidade em geral.-----

Portanto, não se justifica incluir neste Regulamento, um equipamento que está cedido, em regime de comodato, por cinco anos. Se cessar o contrato comodato terá que se aplicar o Regulamento dos Equipamentos Culturais também ao Centro Cívico.-----

Até lá parece-me que a solução encontrada, é uma solução harmoniosa, que funciona. Tem sido muito gratificante, já fui ao Centro Cívico assistir a diversos eventos, promovidos por diversas entidades, pela CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, por exemplo, no seu aniversário, o que significa que aquele equipamento está a cumprir a sua função e que o Rancho de Fafel está também a cumprir aquilo que esperávamos dele, quando lhe confiámos um equipamento, que foi um investimento vultuoso, que é um excelente equipamento.-----

Em relação ao Castelo, a todos os equipamentos envolventes e ao CIMI, o seu funcionamento está consolidado. Este Regulamento vem ajudar a regular as questões do dia-a-dia e quaisquer alterações, que se venham a justificar, poderão ser feitas a todo o momento, por avaliação dos serviços, por proposta da Câmara e por deliberação desta Assembleia.-----

No enquadramento atual, entendo que corrigindo questões pontuais, nomeadamente as gralhas das designações e outras, este Regulamento está em condições de ser aprovado.”-----

Tomou a palavra a senhora **Presidente da Assembleia Municipal** para esclarecer que, de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, artigo 3º, alínea g), esta Assembleia Municipal aprova as posturas e os regulamentos com eficácia externa do Município, acrescentando que, nesse sentido, se mantém a errata proposta.-----

3.7-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO TEATRO RIBEIRO CONCEIÇÃO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere que, decorrido o prazo legal para a constituição de interessados no procedimento do Projeto de Regulamento do Teatro Ribeiro Conceição, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, não se verificou a constituição de interessados.-----

Face do exposto, propõe à Câmara Municipal que aprove o Projeto de Regulamento do Teatro Ribeiro Conceição, devendo ser posteriormente submetido à aprovação da Assembleia Municipal.-----

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou o ponto à votação, salientando a devida reserva para a redação semântica, pois onde se lê “Projeto de Regulamento”, deve ler-se apenas “Regulamento”.-----

Informou que estavam trinta e dois membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, e oito abstenções.-----

3.8-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere que, tendo decorrido o prazo legal para a constituição de interessados, no procedimento Equipamentos Culturais: Castelo e Cisterna, Núcleo

Arqueológico Porta dos Figos; Solar dos Figos e Torre dos Figos e Centro Interpretativo da Máscara Ibérica (CIMI) - Regulamento, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, não se verificou a constituição de interessados.-----

Face do exposto, propõe à Câmara Municipal que aprove o Projeto de Regulamento de Funcionamento dos Equipamentos Culturais, devendo o mesmo ser posteriormente submetido à aprovação da Assembleia Municipal.-----

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou o ponto à votação, salientando a devida reserva para a redação semântica, pois onde se lê “Projeto de Regulamento”, deve ler-se apenas “Regulamento”.-----

Informou que estavam trinta e dois membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, e oito abstenções.-----

3.9-ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO ARVOREDO EM MEIO URBANO DE LAMEGO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Câmara que aprove a redação final do Projeto de Regulamento Municipal do Arvoredado em Meio Urbano de Lamego, do Município de Lamego, e que seja enviado para deliberação da Assembleia Municipal, de modo a que o articulado normativo se converta em regulamento, considerando que, tendo decorrido a consulta pública, nos termos do artigo 101º do CPA, não foram recebidas sugestões dirigidas ao órgão com competência regulamentar, no prazo de 30 dias após a publicação (artigo 101º, n.º 2 do CPA).-----

Tomou a palavra a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** para referir que, por lapso, o Regulamento em apreço não foi enviado atempadamente aos grupos parlamentares que constituem esta Assembleia Municipal. Nesse sentido, o ponto é retirado da ordem de trabalhos e será analisado e votado na sessão da Assembleia Municipal, a realizar em setembro de 2024.-----

Deliberação: Retirado da ordem de trabalhos.-----

Interveio a senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** para sugerir que, relativamente aos pontos 3.10 e 3.11 se faça a sua apresentação e discussão conjunta, mas a votação ponto a ponto.-----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar os pontos: *“Estão em causa dois protocolos de colaboração técnica e financeira com as Freguesias de Cambres e da Penajóia, fechando, assim, o ciclo de dezoito protocolos celebrados entre o Município e as dezoito freguesias do concelho de Lamego.*-----

Estes protocolos têm como finalidade a realização de um conjunto de obras, que foram protocoladas, que foram acordadas, que foram discutidas e consensualizadas entre o Município de Lamego e as respetivas Juntas de Freguesia.-----

São obras de interesse geral, de interesse municipal e que vão ser desenvolvidas em cada uma das freguesias, pela respectiva freguesia com financiamento e acompanhamento técnico do Município.-----

Como tenho referido, reiteradamente, trata-se de uma modalidade de colaboração muito frutífera, entre o Município e as freguesias, que queremos continuar a reforçar. Lanço o desafio às Juntas de Freguesia, para encetarmos uma segunda ronda de protocolos até ao final do mandato, mas, do ponto de vista financeiro, não poderão ascender aos 700 mil euros, como atingiram estes protocolos que agora encerramos. São protocolos que, certamente, irão servir de incentivo e de estímulo às Juntas de Freguesia para desenvolver obras, que muitas vezes, sem o apoio da Câmara, não conseguiriam levar a cabo.-----

Peço, por isso, aos senhores deputados municipais que aprovem estes protocolos.”

3.10-ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE CAMBRES-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Câmara que ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a minuta do protocolo de cooperação técnica e financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Cambres, para a execução das obras de beneficiação do pavimento e reconstrução de diversos muros de sustentação em caminhos rurais, com vista a garantir a segurança da circulação de pessoas e bens, e facilitar a execução de trabalhos agrícolas, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.

Mais propõe que este assunto seja enviado para deliberação da Assembleia Municipal. A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou o ponto a votação, informando que estavam trinta e quatro membros presentes na sala.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e três votos a favor, e uma abstenção.

3.11-ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A FREGUESIA DE PENAJÓIA-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Câmara que ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a minuta do Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia da Penajóia, para a execução das obras de pavimentação da Rua de Nossa Senhora do Castelo, com vista a melhorar as acessibilidades e as condições de segurança da circulação de pessoas e de veículos, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.

Mais propõe que este assunto seja enviado para deliberação da Assembleia Municipal.

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto a votação, informando que estavam trinta e quatro membros presentes na sala.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e três votos a favor, e uma abstenção.-----

3.12-ASSUNTO: CONCESSÃO DA GESTÃO, EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO, E FISCALIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO PAGO NA VIA PÚBLICA À SUPERFÍCIE NA CIDADE DE LAMEGO – TOMADA DE CONHECIMENTO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a seguinte declaração, cujo teor se transcreve:-----

“De acordo com o conteúdo da informação n.º 3465/2024 e do parecer do Chefe de Divisão de Finanças e Património, no âmbito do concurso público para a “Concessão da gestão, exploração, manutenção, e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Lamego”, propõe à Câmara Municipal, nos termos do RJAL, ao abrigo da alínea qq) do n.º 1 do artigo 33º, conjugada com a alínea ee) do mesmo número:-----

1) Aprovar a proposta contida no “Relatório final” do júri, com os fundamentos ali constantes;-----

2) Adjudicar, nos termos do artigo 76º e do n.º 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, ao concorrente “Datarede, S.A.”, a Percentagem Receita Bruta Efetiva por 65,15 %;-----

3) Aprovar, nos termos do n.º 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos, a minuta do contrato a celebrar com o adjudicatário;-----

4) Notificar o adjudicatário para, nos termos do CCP e do programa de concurso, apresentar dos documentos de habilitação e prestar a devida caução;-----

5) Da submissão a visto do Tribunal de Contas (Lei n.º 98/97, de 26 agosto);-----

6) Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.”-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para introduzir o assunto, tecendo os seguintes esclarecimentos: *“A informação que apresentamos à Assembleia Municipal é sobre a adjudicação da concessão do estacionamento tarifado na via pública, substituindo a gestão municipal, que está vigente por uma gestão concessionada a uma empresa, com a modernização tecnológica dos sistemas de parqueamento, dos sistemas de pagamento, da sinalização de lugares vagos, como de resto já foi discutido nesta Assembleia Municipal, aquando da abertura do concurso que agora estamos a ultimar.”-----*

Interveio o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: *“Quero apenas dizer que, fruto da situação da concessão, fiquei sem perceber, para quando está prevista a entrada em vigor deste novo modelo? Não sei se o senhor Presidente poderá responder.”-----*

Sendo certo que poderá haver um conjunto de vantagens, em relação à metodologia de pagamento e em relação aos próprios equipamentos, fomos mantendo uma postura um pouco contrária àquilo que foi a vontade expressa.-----

Como acredito que este novo sistema será rapidamente implementado, não encontramos soluções para a supressão de lugares de estacionamento, que eram gratuitos, não encontramos no imediato, alternativas para essa situação.-----

Portanto, é um ato consumado, é uma informação, mas confesso que, talvez por distração, fiquei sem perceber quando é que este sistema entrará em vigor. Entendo que seria importante que todos os lamecenses tivessem conhecimento desse facto.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte declaração:

“Relativamente à entrada em vigor do novo sistema tarifário, dependerá do cumprimento dos pressupostos técnicos, que implicam investimento nos novos parquímetros, nos sinalizadores, na implementação de todo o software e da equipa de fiscalização e gestão. Espero que seja brevemente, que não haja surpresas no fornecimento dos equipamentos, mas obviamente só agora, após a adjudicação, é que o adjudicatário irá dar início a esse aprovisionamento e à instalação, de modo que, no início do próximo ano, seguramente o sistema estará em funcionamento.-----

Relativamente à supressão de lugares de estacionamento, a mesma será feita em dois locais, o estacionamento do Centro Paroquial de Almacave e o estacionamento junto ao Posto de Turismo, mas continua a haver lugares de estacionamento livre, junto a esses dois parques. Junto ao Posto de Turismo, há um parque de estacionamento do outro lado da rua e também em toda a zona da Central de Camionagem e em Almacave, há estacionamento livre em todas as ruas, desde a Rua de Fafel, à Rua Bernardo Pinheiro de Aragão, entre outras. Portanto, serão lugares de estacionamento contíguos.-----

Esta situação, repito, é benéfica para o comércio, é benéfica para os moradores, porque não adianta os moradores pensarem que têm estacionamento à porta de casa numa zona central da cidade, que tem uma ocupação permanente. Este modelo garante rotação, garante a utilização, diria, democrática dos lugares de estacionamento em benefício de todos.-----

Portanto, não nos parece que este sistema tenha inconvenientes, que não sejam largamente superados pelas vantagens, desde as modalidades de pagamento e de flexibilização, que vão ser implementadas.”-----

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3.13-ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E DEMAIS PEÇAS CONCURSAIS E ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA A EMPREITADA DA CONSTRUÇÃO DO PARQUE DA SAÚDE DE LAMEGO-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para introduzir o assunto, tecendo os seguintes esclarecimentos: “O que se propõe é a autorização desta Assembleia

para a abertura do concurso público internacional para a construção do Parque da Saúde de Lamego.-----

É sabido que não gosto do nome, não é um Parque de Saúde, é apenas um edifício que concentra todas as unidades de saúde de cuidados primários do nosso concelho. É o fim de um longo processo, que começou em 2021, mas cujo resultado comprova a certeza que tínhamos, de que o caminho tinha que ser este.-----

É um equipamento que custará 10 milhões de euros. Houve, entretanto, uma inflação significativa nos custos de construção, mas haverá um financiamento de 7 milhões e 760 mil euros, o que comparativamente com os 4 milhões, que estavam no projeto inicial, financiados a 85%, concluímos que não são sequer comparáveis.-----

Ou seja, o Município parte hoje para um projeto realista que é ter, no prazo de dois anos, um equipamento de excelente qualidade, construído numa localização que vai beneficiar muito a cidade e que proporcionará excelentes condições de funcionamento, para profissionais de saúde e utentes.-----

Estamos, por isso, muito confortáveis com esta proposta que apresentamos à Assembleia Municipal, porque cumprimos um longo anseio da população de Lamego de ver requalificados os seus equipamentos de saúde, de responder também às ambições dos profissionais de saúde e de cumprir com uma promessa, um compromisso autárquico, de executar a construção do Centro de Saúde, no âmbito do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, até 2026.-----

Nesse sentido, solicito que este projeto possa ser aprovado, de forma unânime, nesta Assembleia.”-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: “Não vamos discutir aquilo que já foi discutido, até porque na última Assembleia Municipal, não estou recordado que alguém se tenha obstaculizado em relação à construção do Parque da Saúde.-----

No entanto, considero pertinente referir que o senhor Presidente, com o seu jeito muito próprio, às vezes transforma as situações. Gabo-lhe essa capacidade de recorrer à dialética e à retórica, para tentar transformar aquilo que é menos bom, numa coisa melhor. É a história do copo meio cheio ou meio vazio, mas sejamos honestos, esta obra é importantíssima.-----

Ultrapassada a situação da localização, até porque já está mais do que decidida, embora nós mantenhamos a nossa posição, esta obra é, de facto, importante.-----

É um desígnio, tal como já tinha dito noutras Assembleias, e vem criar e dotar de infra-estruturas os cuidados primários praticados no nosso concelho.-----

Estou certo que os profissionais de saúde, bem como os utentes, irão beneficiar de um equipamento de primeira linha, que há muito merecemos e, nesse sentido, é uma boa novidade.-----

A novidade, menos boa, é que, de facto, deixámos passar o prazo, e a obra prolongar-se-á por mais de três anos, o que faz com que o custo total da mesma aumente.-----

É uma situação que resulta do tempo em que vivemos. Esperamos que a dita inflação não continue a galopar, no sentido de ser necessário fazer mais alguns acertos nos valores finais do custo da obra.-----

Mas, com exceção destas circunstâncias, estamos disponíveis para aprovar e para contribuir para que, rapidamente, o Parque da Saúde de Lamego seja uma realidade.”

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto a votação, informando que estavam trinta e dois membros presentes na sala.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade, dos presentes.

3.14-ASSUNTO: APRESENTAÇÃO INTERATIVA DOS BAIRROS COMERCIAIS DIGITAIS, INSTALAÇÕES DA ESTGL NO MERCADO MUNICIPAL E INSTALAÇÕES DA DELOITTE

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar os projetos supra mencionados, prestando as seguintes declarações: -----

“Estes três projetos são de natureza diferente, mas estão ligados entre si, daí fazer a apresentação em simultâneo.-----

O projeto dos Bairros Comerciais Digitais incide sobre a parte central da cidade, Rua da Almacave, Avenida 5 de Outubro, Rua do Columela e Avenida Dr. Alfredo de Sousa.-----

A Avenida terá uma intervenção física no estacionamento do mercado e terá iniciativas materiais e imateriais a desenvolver junto dos comerciantes, em toda a sua área de intervenção.-----

Nessa área de intervenção está incluído o primeiro piso do Mercado Municipal, que está desocupado há muitos anos, e onde vamos instalar o Polo II da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, que iremos também apresentar.

As instalações que vamos fazer, e que têm cerca de 1700 m² de área de construção, vão proporcionar à Escola Superior de Tecnologia e Gestão condições de grande qualidade para poder continuar a crescer, quer nas áreas de formação, em que já é excelente, quer em áreas novas, que nós gostávamos que viessem a ser implementadas e desenvolvidas, nomeadamente aquelas de carácter mais tecnológico. Vamos, ainda, providenciar outras instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, que se prendem com a instalação do programa Brightstart, da Deloitte, que neste momento está a funcionar no Complexo Desportivo de Lamego, mas que por razões óbvias, quer de proximidade à escola, quer de melhor enquadramento na zona urbana da cidade, quer também para libertar o Complexo Desportivo, que tem outra vocação, vamos deslocalizar para outras instalações.-----

Temos um desafio muito grande, relativamente ao nosso comércio tradicional.-----

Não é um desafio de hoje, é um desafio das últimas décadas, com novas formas de comércio, que não param de crescer e de nos surpreender.-----

As grandes superfícies existentes e a mobilidade permitem que os cidadãos recorram a outros locais para fazer as suas compras. O comércio online coloca, também, novos desafios ao comércio tradicional.-----

O que é que pretendemos com este projeto? Pretendemos que o comércio tradicional possa recorrer a ferramentas similares, no sentido de poder concorrer com essa nova oferta, de poder modernizar-se, de poder fidelizar público, para poder participar, porque essa continua a ser a grande vantagem do comércio tradicional na vida cotidiana, na vivência e na animação da cidade. Por isso, fizemos esta candidatura.

Como todas as candidaturas PRR, também esta implica um processo muito demorado, são tempos infinitos para aprovação das candidaturas, são estimativas de que a verba esgote rapidamente e que não haja verba para os projetos, mas no fim os projetos vêm aprovados e temos que correr para recuperar o tempo perdido.-----

Não temos muitos elogios a fazer à gestão que está implementada no PRR, mas trabalhamos com as regras que temos.-----

Portanto, a visão deste projeto é efetivamente a digitalização como ferramenta, ou linguagem, para responder às necessidades dos consumidores, para adotar uma abordagem que aumente a competitividade do nosso comércio e serviços, e para promover o crescimento económico sustentado, com base na adoção de tecnologias de informação.-----

É um grande desafio, especialmente para a estrutura comercial que temos, que está envelhecida e estatizada, mas que tem também, na sua génese, e no seu seio, alguns sintomas de modernidade com novas gentes, com nova oferta, com dinâmicas que queremos apresentar.-----

A ideia é sempre a mesma, criar identidade, dar visibilidade, animar e, do ponto de vista dos comerciantes, aumentar as receitas, aumentar a sustentabilidade do negócio, tornar toda a zona mais atrativa.-----

A zona está delimitada por um critério, que é o número mínimo de comerciantes que tínhamos que abranger. Ou seja, teria preferência por uma área mais limitada, mas foi necessário alargá-la, porque não tínhamos tanto comércio.-----

Este projeto foi feito em colaboração com a Nervir – Associação Empresarial, porque, infelizmente, não temos uma associação comercial ativa e forte na nossa cidade.-----

A Nervir é responsável pela contratação do Gestor de Bairro, e é ele que está a fazer o cadastro dos comerciantes de toda a zona de intervenção, comércio e serviços.-----

Isso vai-nos permitir obter informação preciosa, no sentido de saber que atividades existem, como é que estão a ser promovidas, quais são as expectativas dos comerciantes, quais são as linhas de força e os problemas que foram encontrados nesta área de intervenção, que é bastante alargada.-----

Portanto, a área obrigava um número de empresas, no nosso caso, em duzentas e setenta e duas, a ser atualizada agora com o cadastro, numa área de cerca de 13

hectares. Os beneficiários diretos serão o Município e a Nervir, entidades parceiras, num investimento que ronda 1 milhão de euros.-----

Iremos investir em conectividade, em plataformas eletrónicas, na digitalização do consumo, em soluções de logística coletiva. Sabemos que será difícil, que os nossos empresários são individualistas, por natureza, aliás, somos todos um pouco individualistas, mas vamos fazer essa experiência na digitalização das infra-estruturas, que estão no entorno da área de intervenção, da elaboração e preparação do projeto.

Por cada uma destas áreas de intervenção, vai investir-se na reabilitação urbanística, que é uma intervenção muito pequena, como tem que ser, porque não é esse o objeto do projeto, na conectividade, nos centros de informação, no mobiliário urbano e na identidade visual.-----

Queríamos também que os comerciantes sentissem que são parte deste projeto, que fazem parte daquele local e que se identificassem com o trabalho que vai ser feito.

A reabilitação urbanística é apenas a área do estacionamento do mercado, como já referi, é uma intervenção simples que, essencialmente, vai mudar os pavimentos, ordenar o estacionamento, cargas e descargas e dar alguma limpeza, digamos assim, àquele espaço. Iremos inserir também alguma arborização, proporcionando alguma melhoria na apresentação do espaço, que está bastante degradado pelo uso.-----

Não haverá estacionamento na entrada, porque o primeiro piso da Escola Superior Tecnologia e Gestão vai ter uma escada de emergência e, portanto, temos que ter algum espaço de circulação livre.-----

Os perfis são normais, o espaço é inclinado, como todos conhecem, vamos manter a venda grossista, às terças-feiras, dias de feira e sábados, como é habitual.-----

O que ambicionamos, essencialmente, é melhorar a cobertura, conseguir gerir o serviço da rede wi-fi, e disponibilizar um conjunto de serviços a todos os comerciantes.

Em relação aos Centros de Informação Digital, gostaríamos que as empresas tivessem a sua informação e a sua promoção, em ecrãs de pequena e média dimensão, vídeo digital, etc., que vão estar disponíveis e que vão ser dirigidas para o público-alvo do projeto.-----

Em termos de plataformas eletrónicas, vamos ter um Marketplace, não sei se vai ser melhor ou pior do que alguns que já estão disponíveis em plataformas web, muito difundidas, vamos ter website, uma App móvel e uma gestão centralizada de conteúdos dos Bairros Digitais.-----

Relativamente ao Marketplace, é um modelo bastante conhecido, o desafio é mesmo fazer com que entidades muito diferentes, setores de atividade diferentes e que pessoas com background e com idades diferentes, possam aderir a estas ferramentas digitais, possam fazer mais do que apenas promover os seus produtos e que os possam vender online, esse seria o objetivo.-----

A aplicação website e a aplicação móvel terão um conjunto de funcionalidades, que também são comuns. Não gostaríamos de repetir funcionalidades, temos algumas

apps móveis, no âmbito do Município, para participação de anomalias no espaço público, por exemplo, entre outras.-----

Queríamos que os serviços disponibilizados fossem dirigidos aos comerciantes e aos seus clientes, pois são eles o objetivo e a razão deste projeto, no sentido de promover a gestão centralizada de conteúdos, a tipologia dos conteúdos, das notícias e dos eventos, e tentar manter uma gestão de condomínio, de toda esta área onde estão as duzentas e setenta e duas empresas instaladas.-----

Vamos tentar a digitalização, dirigida à experiência de consumo, numa perspectiva comercial.-----

Acabamos de falar do estacionamento tarifado na via pública, esta é também uma das medidas de regulação do estacionamento e de criação de medidas de flexibilização da utilização do espaço público, com o automóvel.-----

Temos outros benefícios, relativos ao tráfego, ao tráfego pedonal, nomeadamente a sua monitorização, as passadeiras inteligentes, a utilização de infra-estruturas, como abrigos de autocarro, para ter equipamentos de promoção e divulgação de informação, relativa ao Bairro Digital.-----

Pretendemos proporcionar soluções logísticas coletivas, como, por exemplo, as entregas serem controladas por um sistema digital, e serem, depois, reguladas, no tempo, para não interferirem com o resto da vida do Bairro, durante o dia útil.-----

Pretendemos implementar a digitalização das infra-estruturas adjacentes, a tal plataforma de gestão de ocorrências.-----

Em relação ao projeto aprovado, a Câmara Municipal tem o modelo de governança do estudo prévio e do business plan da candidatura e o Gestor do Bairro foi já contratado, como disse, e está já no terreno.-----

Em relação ao modelo de governança, existe um Comité Executivo, que é constituído essencialmente pelas entidades gestoras e de coordenação do projeto, a Câmara Municipal de Lamego e a Nervir - Associação Comercial, e que tem uma componente de cidadania ativa, envolvendo toda a população, não só os comerciantes, e que possam acompanhar este projeto, participar nele, dar sugestões e propostas.-----

O Gestor de Bairro terá duas equipas de projeto para fazer os levantamentos e a dinamização da área de intervenção, ao longo da duração do projeto.-----

Esperamos que haja envolvimento de todos os serviços, que haja um alinhamento dos serviços, na definição de todas as componentes técnicas, algumas das quais são complexas, que haja um alinhamento com os beneficiários, com os comerciantes, se não for assim, não estaremos a apontar ao alvo, não estaremos a dirigir este esforço e este investimento para aquilo que o motiva, que é de facto os comerciantes e os seus negócios.-----

Faremos uma avaliação dos resultados. O investimento é de 875 mil euros, o Gestor de Bairro foi contratado, e está no terreno a fazer o levantamento loja a loja, comércio a comércio, escritório a escritório.-----

Também está a decorrer, a aquisição de serviços para a criação e desenvolvimento da identidade visual dos Bairros Digitais.-----

Tenho visto alguns projetos, noutras zonas do país, a circular no vidro traseiro dos autocarros.-----

Em relação à empreitada, as peças do procedimento estão em fase de preparação, mas como disse, é uma empreitada pequena, na ordem dos 175 mil euros.-----

Este é o projeto do Comércio Lamego Digital - Bairros Comerciais Digitais, aprovado no âmbito do PRR e que pretendemos levar a cabo.-----

Em relação ao projeto de criação do Polo II, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, o mesmo está no epicentro desta área de intervenção dos Bairros Digitais.-----

O Polo II da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego será executado no primeiro piso do Mercado Municipal, que está devoluto há alguns anos. Fica a escassos metros da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego. Portanto, reúne todas as condições de dimensão, de proximidade e de articulação.-----

Fica num ponto intermédio, entre a escola e a futura Residência de Estudantes do Ensino Superior, que está em construção na Praça do Comércio.-----

Entendemos que vai haver uma dinamização de toda esta área, que acabámos de referir, com o projeto do Bairro Comercial Digital e com a circulação de alunos da ESTGL, que vamos promover entre estas três unidades: a escola, o Polo II e a Residência de Estudantes.-----

É uma área de intervenção muito grande, cerca de 1700 m², e vai ser objeto também de uma intervenção tecnológica.-----

Serão construídas quatro salas de aulas, duas salas tecnológicas, uma sala de informática, um auditório com 96 lugares, uma sala de reuniões, um gabinete de docentes, uma cozinha com copa-bar e refeitório, instalações sanitárias, instalações administrativas e uma sala de convívio.-----

Este equipamento vai ter todas as condições de funcionalidade, de conforto, superior, eventualmente, à generalidade da própria escola e à generalidade das escolas, que temos em funcionamento.-----

A adaptação do espaço é relativamente simples, mas os equipamentos são, de facto, bastante pesados, nomeadamente no que concerne à cantina e refeitório, que a ESTGL nunca teve e que vamos suprir, pela primeira vez.-----

Esta intervenção obrigará a alguma alteração nas fachadas, para dar um pouco mais de luz, mas não vai desvirtuar absolutamente nada daquilo que é o Mercado Municipal, tal como o conhecemos hoje. Antes, pelo contrário, vai ter uma nova vida, com gente jovem, e menos jovem, a circular naquele espaço.-----

Relativamente à estimativa orçamental, vamos fazer uma remodelação profunda de um equipamento que vai ter uma vocação tecnológica muito grande, portanto há uma preocupação a nível da estrutura tecnológica, que vai ficar muito cara. Está previsto

gastar 1.900.000,00€, que como estimativa orçamental, não tem cobertura na nossa melhor perspectiva de financiamento comunitário.-----

De acordo com o Presidente da CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, o investimento no Ensino Superior, previsto no programa Portugal 2030, deve ser objeto de pro rata e, portanto, dividindo o dinheiro disponível, pelo número de alunos da Escola Superior Tecnologia e Gestão, não temos mais de 500.000,00€ euros, de fundo comunitário.-----

Entendemos que este é um critério pouco adequado, um critério pouco avisado, posto que, uma intervenção numa escola com poucos alunos, tem, em termos de custo per capita, um custo naturalmente superior e uma intervenção numa escola com poucos alunos, mas que está num concelho do interior, que tem um interesse estratégico, social e económico muitíssimo maior do que um aumento de capacidade de 750 lugares, no Porto, ou em Lisboa, onde há dezenas de milhares de alunos.-----

Vamos, por isso, discutir com o Instituto Politécnico de Viseu quem fará a candidatura, se será o Município, ou o Instituto Politécnico, mediante celebração de contrato de comodato e cedência projeto, como será financiado, admitindo que precisamos de negociar com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte um financiamento adequado para este projeto, que é da maior importância para a Escola Superior Tecnologia e Gestão para Lamego, mas sobretudo para o futuro de gerações de lamecenses, de durienses e alunos de outras zonas do país, e até de alunos estrangeiros, que já nos procuram.-----

Em relação ao projeto da Deloitte, o projeto Brightstart começou há dois anos, está no segundo ano de implementação e é desenvolvido, em parceria, entre a Deloitte, a Escola Superior Tecnologia e Gestão de Lamego e o Município de Lamego.-----

Neste momento já tem dois grupos, um do segundo ano e um do primeiro ano, jovens que estão a fazer a sua formação e a trabalhar nas áreas das telecomunicações e da cibersegurança.-----

Os alunos estão a fazer a sua formação, quando prestam trabalho para a Deloitte. Estão a ser remunerados, desde o início da formação e estão a fazer trabalho real, trabalho útil, a partir de Lamego para clientes, um pouco por todo o mundo.-----

Esta é, efetivamente, uma situação que nos parece ser de futuro, que merece a nossa atenção, que merece o nosso investimento.-----

O que vamos fazer é muito simples, vamos alugar umas instalações. A nossa preferência era por instalações, no centro da cidade, mais perto da Escola Superior Tecnologia e Gestão, onde está o Centro de Dia e o centro de Diocesano, mas estão, ainda, ocupadas. Vamos, então, a parte inferior das instalações da Eurogestão e vamos fazer obras de adaptação com duas características.-----

Uma delas é implementar o layout e a imagem corporativa da Deloitte, porque é uma das condições do projeto, ou seja, o investimento que a Deloitte faz, em Lamego, neste curso de formação tem como contrapartida, que a sua marca seja visível.-----

Vamos preparar toda a instalação para poderem ser dadas as aulas e fazer o trabalho, ou seja, haverá uma sala de aulas e uma sala de trabalho para cada grupo, que estará disponível e aberta 24 horas por dia.-----

Vamos respeitar todas as condicionantes de decoração e as condições do espaço físico, para que possa ser utilizado, de uma forma homogénea, em todos os projetos Brightstart, estando Lamego a par com todos os outros.-----

O espaço terá duas salas de trabalho, duas salas de aula, um gabinete do docente, uma sala de reuniões, uma copa e uma zona de estar.-----

É um projeto muito simples, para uma lotação, na ordem dos 35 alunos de permanência, no máximo.-----

As alterações na fachada serão mínimas, vamos apenas mudar a entrada principal para um espaço central das instalações e fazer a decoração do espaço. Iremos gastar cerca de 100 mil euros nesta intervenção.-----

São 100 mil euros, que vão permitir que, de dois em dois anos possamos formar um grupo de jovens lamecenses, capazes de atuar numa área tecnológica de futuro a partir de Lamego, para qualquer sítio do mundo.-----

Recordo que fizemos um investimento similar, há muitos anos, no Contact Centre da Altice, que emprega, atualmente, mais de 120 pessoas.-----

O investimento que fizemos na altura, parecia muito elevado, hoje, olhando para trás, somos obrigados a concluir que foi um investimento muito merecedor, como são todos aqueles que levam à criação de emprego, de condições de formação e desenvolvimento pessoal e profissional dos lamecenses.

Eram estes projetos que queria apresentar, não estão propostos a deliberação, estão, obviamente, a discussão e abertos às sugestões que nos quiserem transmitir.”-----

Interveio o membro **Constantino Vaz** para proferir a seguinte intervenção: “Em relação à localização dos Bairros Comerciais Digitais, mas se bem percebi, em princípio, situam-se do lado direito de quem sobe a Avenida 5 Outubro.-----

Quanto ao e projeto dos Bairros Comerciais Digitais apresentado, como sabem, o comércio tradicional vive em agonia há muitos anos.-----

Tive um professor, na Escola Comercial em Viseu, que dava noções gerais do comércio e salientava, várias vezes, em diversas matérias, que o comércio tradicional tem uma função social e rematava assim “só a venda de uma agulha, já é uma função social.”-----

Durante muitos anos, foi assim, a função social foi sempre cumprida, até que apareceram os grandes grupos económicos, as grandes superfícies e foram destruindo o comércio tradicional.-----

O comércio tradicional não recorre ao marketing, que utilizam as grandes superfícies, e estas, por sua vez, não recorrem às práticas comerciais, que estão de acordo com esta função social.-----

Somos bombardeados diariamente com grandes campanhas, sobretudo através dos meios de comunicação social. As televisões, são alimentadas pelo comércio, são alimentadas pelas grandes superfícies. Esse marketing, faz com que as pessoas sejam arrastadas e enganadas.-----

Entre qualquer ramo comercial, do comércio tradicional e aquilo que as grandes superfícies vendem, há, de certeza absoluta, uma diferença abismal de preços. As pessoas são sistematicamente enganadas-----

Isto traz consequências para o comércio tradicional, levando até ao seu desaparecimento. Vejamos, por exemplo, a Rua de Almacave, a Rua da Corredoura e a Rua Cardoso Avelino, aqui em Lamego.-----

Este desaparecimento provoca outras consequências, como a desertificação e a degradação do património.-----

O comércio tradicional não vai conseguir reerguer-se, porque não tem esta competitividade, porque trabalha com seriedade e também não tem a flexibilidade que as grandes superfícies têm a nível de horários e de contratação de pessoal.-----

Ouço, muitas vezes, no meu estabelecimento comercial, críticas de clientes, que se queixam que não estamos abertos ao fim de semana. Pergunto-lhes se também gostariam de trabalhar ao sábado e ao domingo, e respondem que não.-----

Noutros países, isto não acontece, as grandes superfícies fecham ao sábado, às 17 horas e só reabrem na segunda-feira.-----

Este projeto, senhor Presidente, é bem-vindo. Tudo que seja para apoiar o comércio tradicional, é bem-vindo.-----

Se o comércio tradicional for reactivado nos grandes centros urbanos, dará a vida aos centros urbanos, e recupera património que está em degradação.-----

Vejo esta iniciativa como um empurrão para o comércio, e estou certo que os comerciantes vão agarrar esta oportunidade, mas o grande problema é que a sociedade tem muitos hábitos e as pessoas estão já muito habituadas a ir às grandes superfícies, até por comodismo, porque encontram tudo o que precisam e não têm que andar de um estabelecimento para o outro.-----

No comércio tradicional há sempre um pedido de desconto, seja em que ramo for, mas nas grandes superfícies não se discute o preço, paga-se o que está marcado.-----

Daí que, é bom que apareçam estes projetos e será igualmente positivo que as pessoas, que nos estão a ouvir, pensem nisto.-----

O comércio tradicional teve, tem e irá ter sempre uma função social.-----

Todos os outros não a têm. É um método e um processo da exploração das pessoas.”

3.15-ASSUNTO: ELEIÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DOS PRESIDENTES DA JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA-----

O Grupo Municipal da Coligação “Somos Lamego” – PDS/CDS e o Grupo Municipal do PS apresentaram uma lista conjunta, propondo como candidatos efectivos, o senhor

Presidente da Junta de Freguesia Ferreirim – Wilson Miguel Lima Teixeira e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lamego – Nuno Miguel Lázaro Gonçalves e como candidatos suplentes, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim – Paulo Henriques Almeida Loureiro e o senhor Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem - Bernardo Manuel Taveira Xavier, tendo sido designada por “Lista A”.-----

Foi submetida a sufrágio por voto secreto, tendo-se verificado vinte e cinco votos favoráveis, um voto contra, quatro votos brancos e um voto nulo.-----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal** informou que estão trinta e um membros presentes na sala.-----

Deliberação: Tendo sido eleitos os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreirim, Wilson Miguel Lima Teixeira e da Junta de Freguesia de Lamego, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves para representar as freguesias do Município de Lamego no Conselho Municipal de Cultura e o Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim, Paulo Henriques Almeida Loureiro e o Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, Bernardo Manuel Taveira Xavier, como Presidentes de Junta de Freguesia suplentes.-----

2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se, ainda, ao público presente, a senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo verificado qualquer pedido de intervenção.

3.11- ASSUNTO: MINUTA-----

Proposta da senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.12- ASSUNTO: TERMO-----

A senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às 16h30 minutos da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior, Susana Cristina Rodrigues Lopes Carneiro, que a redigiu.

A Presidente da Assembleia Municipal

A Técnica Superior